



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPGPsiCC

Histórias da Queerentena: Relatos e Elaboraões de um (Outro) Isolamento Social

Lívia Soares Vieira

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF

Agosto, 2025



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPGPsiCC

Histórias da Queerentena: Relatos e Elaboraões de um (Outro) Isolamento Social

Mestranda: Livia Soares Vieira

Orientadora: Profª Dra Márcia Cristina Maesso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Brasília, DF

Fevereiro, 2025

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof.^a Dra.

Márcia Cristina Maesso.

Aprovada por:

Presidente: Profa. Dra. Márcia Cristina Maesso

Universidade de Brasília

Membro: Prof. Dr. Roberto Luis Medina Paz

Universidade de Brasília

Membro: Prof. Dr. Felipe de Baère Cavalcanti D’Albuquerque

Instituto de Psicanálise Virgínia Leone Bicudo (SPBsb)

Membro Suplente: Daniela Scheinkman Chatelard

Universidade de Brasília

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família. À minha mãe Vilma, meu pai José Carlos, minha madrastra Marcilene, meus irmãos Pedro, Flavinha e Felipe, à minha cunha Inter e a quem me faz exercer um de meus ofícios prediletos (o de ser tia), Malu e Ísis. Obrigada por estarem sempre presentes, por terem a paciência de ler o meu trabalho, pelo incentivo ao estudo, por me ensinarem a fazer laços e a viver a vida intensamente. Agradeço muito por todas as trocas amorosas

Quero agradecer a Márcia Maesso, minha orientadora, que logo de início me ajudou a nomear os caminhos da minha dissertação, me orientando com relação às leituras e referenciais teóricos que me auxiliaram a pensar sobre o que eu gostaria de escrever. Obrigada também pela compreensão e paciência nos momentos de vacilação e receio, compartilhando sua experiência e conhecimento, ao mesmo tempo em que me deu liberdade para elaborar a minha escrita.

Aos colegas do grupo de pesquisa por todas as contribuições e trocas durante o mestrado.

Agradeço muito a um grupo especial de amigos, da bagaceira pedagógica, onde transborda o amor, os “craqueiro da pós-graduação” (Cintra, Éllen; 2024) Léo, Lucrecia, Éllen e Renata, que responderam a todas as minhas perguntas e indagações aleatórias durante meu percurso no mestrado, por serem lugar de troca, acolhimento, risadas e amor. É da EAPE para a vida!

Ao amigo Tao, pelas conversas infinitas, por ser ombro amigo nos momentos de desamparo, pelas cachacinhas compartilhadas, por compreender a ausência nesses últimos meses e por sempre se empolgar comigo diante de qualquer versão de *Voyage Voyage*.

À amiga Marina, “minha gata”, com quem eu posso ser verdadeiramente sincera, pela cumplicidade de uma vida e por sempre me fazer ressignificar o sentido de amizade.

À minha amiga Melissa, pelas profundas conversas, desabafos, por oferecer sua escuta sensível e crítica e topou expandir essa amizade e furar os muros invisíveis da universidade.

E, lógico, por todo o deboche!

Ao meu amor Liana, que chegou dando um giro na minha vida e deixando tudo muito delicioso. Eu amo com.viver com você! Obrigada por todas as refeições (cafés da manhã, almoços, lanches, jantares), por me escutar nos momentos em que estive mais angustiada e por fazer desse nosso namoro casado essa delícia impossível de descrever.

Ao amigo Rodrigo, com quem tive o privilégio de dividir a casa (e também o Jiraya rrs), pela amizade sincera, parceira, divertida e leve. Por me apresentar a sua forma de ver o mundo. Por compartilhar e escutar confidências.

Rodrigo e Liana, muito obrigada por me apoiarem de todas as formas possíveis nesse finalzinho de mestrado. Eu amo vocês!

À minha amiga Rafa, por estar presente nos momentos cruciais, assim como nos mais banais. Por ser casa, família, amor, amizade e cumplicidade.

À minha amiga Lucrecia, minha casca de bala. Viado, obrigada por ser minha parceira de vida, nessa relação monogâmica aberta fluida em que são todes bem vindes. Beijos da Tiaga.

Por último, agradeço a todas as pessoas que topou escrever para o livro *Histórias da Queerentena*. Foi emocionante ler cada relato. Fui verdadeiramente afetada pelas palavras que chegaram até mim, sem dúvida alguma, como palavras plenas, carregadas de sentido, fazendo com que eu mesma revisitasse minha história de queerentena.

Resumo

A pandemia da COVID19 iniciada em 2020 enraizou diversas desigualdades sociais, dentre elas, as vulnerabilidades de pessoas LGBTQIA+ e daquelas que vivem com hiv. O livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) reuniu 72 relatos de pessoas que se sentiram convocadas a escrever sobre suas vidas no momento em que o isolamento social foi implementado como medida de contenção do coronavírus, tendo suas diversidades de gênero e orientação sexual como ponto de partida para essa escrita. O objetivo desta dissertação foi identificar nesses relatos possíveis elaborações de situações remotas não simbolizadas (traumáticas ou não) relacionadas a discriminações contra pessoas LGBTQIA+ e aquelas que vivem com hiv. Para esta análise, este texto foi dividido em três capítulos. No primeiro, faço uma apresentação do livro (objeto de estudo desta dissertação) e dos contextos sociais, culturais e históricos da população LGBTQIA+ e das pessoas que vivem com hiv. No segundo, apresento o referencial teórico utilizado na análise do livro, trazendo algumas considerações sobre trauma e testemunho (Zeugnis, testimonio e a Clínica do Testemunho). Por último, realizo uma análise de relatos do livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) a partir do referencial teórico apresentado e trago reflexões a respeito da escrita como possibilidade de formação de laço social e um questionamento a respeito de quem ocupa o lugar de analisante na análise de um texto.

Palavras-chave:: população LGBTQIA+; hiv/aids; testemunho; Zeugnis; *testimonio*; trauma; escrita; psicanálise; *Histórias da Queerentena*.

Abstract

The COVID-19 pandemic that began in 2020 has deepened several social inequalities, including the vulnerabilities of LGBTQIA+ population and those living with hiv. The book *Histórias da Queerentena* (Stories of the Queerent) (Navarro, 2020) brought together 72 accounts from people who felt called to write about their lives at a time when social isolation was implemented as a measure to contain the coronavirus, using their gender and sexual orientation diversity as a starting point for this writing. The objective of this dissertation was to identify, in these accounts, movements toward elaborating on remote, unsymbolized situations (traumatic or otherwise) related to discrimination against LGBTQIA+ people and those living with hiv. For this analysis, this text was divided into three chapters. In chapter 1, I introduce the book (the subject of this dissertation) and the social, cultural, and historical contexts of the LGBTQIA+ population and people living with hiv. In chapter 2, I present the theoretical framework used in the book's analysis, offering some considerations on trauma and testimony (Zeugnis, testimonio, and the Clinic of Testimony). Finally, I present an analysis of accounts from the book *Histórias da Queerentena* (Stories of the Queerent) (Navarro, 2020) based on the theoretical framework presented. I reflect on writing as a possibility for forming social bonds and question who occupies the role of analysand in the analysis of a text.

Keywords: LGBTQIA+ population; hiv/aids; testimony; Zeugnis; *testimonio*; trauma; writing; psychoanalysis; *Histórias da Queerentena*.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 - A Realidade dos corpos dissidentes	12
1.1) O Objeto de Pesquisa: <i>Histórias da Queerentena</i>	12
1.2) O que significa (con)viver com hiv? Da espetacularização ao emudecimento	24
1.3) Corpos dissidentes em isolamento	33
Capítulo 2 - Escrita, Trauma, Elaboração e Ação Política	38
2.1) Algumas considerações sobre o trauma	38
2.2) Zeugnis, testimonio e a Clínica do Testemunho	49
2.2.1 Zeugnis: experiência de elaboração	54
2.2.2 Testimonio: uma ação política	59
2.2.3) A Clínica do Testemunho	63
Capítulo 3 - Testemunho pela escrita	66
3.1) Quem ocupa o lugar de analisante?	66
3.2) Escrita, psicanálise e a possibilidade do laço social	69
3.3) <i>Histórias da Queerentena</i> : entre a ação política e a experiência de elaboração	75
Conclusão	99
Referências	102

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de analisar 10 relatos do livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), publicado quando o mundo estava submetido ao isolamento social, medida implementada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para tentar conter a propagação do *coronavírus* (vírus causador da infecção respiratória aguda, a COVID-19). Sabemos que nem todas as pessoas tinham condições de cumprir esta medida, o que colocou diversos grupos sociais em risco, além também daquelas que negavam a gravidade da pandemia da COVID-19 e optavam por não seguir as normas instituídas.

O livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) reuniu 72 relatos de pessoas que, de alguma maneira, identificavam-se como lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, *queer*, intersexo, assexual ou qualquer outra maneira que ainda não tenha sido nomeada (LGBTQIA+). São relatos escritos em primeira pessoa e a prerrogativa era apenas que, a partir das diversidades sexuais e de gênero de seus corpos, fossem expostas narrativas sobre o que se passava com elas durante o isolamento social da pandemia da COVID-19.

O coordenador do livro, Pablo Navarro, realizou a convocação para a escrita por meio de vídeos compartilhados no YouTube, organizações não governamentais e grupos de pesquisa engajados em temas relacionados e, posteriormente, junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), selecionou 72 dos relatos enviados. Eles foram reunidos em um livro em formato digital em pdf, gratuitamente disponível na internet.

Os relatos podem ser pensados como testemunhos, uma vez que são escritos em primeira pessoa e narram impressões acerca de um evento de proporções globais, com a

estimativa de que mais de 14 milhões de pessoas tenham morrido de causas direta ou indiretamente associadas à pandemia da COVID-19 (OMS, 2022). Esses testemunhos não se limitaram a refletir sobre a pandemia, mas apresentaram memórias, impressões e reflexões acerca de outros momentos de suas vidas. Por ser um livro que apresenta grande heterogeneidade com relação às autorias, as experiências apresentadas seguem essa diversidade. Os relatos circulam por assuntos relacionados a relacionamentos, família, planos interrompidos, lutos, saudades, distanciamentos, aproximações... Neste trabalho, porém, devido ao grande número de textos que abordaram temas relacionados à pandemia do hiv/aids e às violências contra pessoas LGBTQIA+, apresentarei 10 relatos dos quais oito discutem de maneira mais direta questões relacionadas ao hiv/aids e os outros dois abordam temas relacionados às diversidades sexuais e de gênero.

A epidemia da aids, que teve início nos anos 1980, foi um fenômeno intensamente abordado pela imprensa. No Brasil, durante aquele período, a sociedade testemunhou a espetacularização feita pelos veículos de comunicação, criando e reproduzindo estereótipos associados à doença, mas que tinham como alvo principal os corpos de homens gays e mulheres trans e travestis, profissionais do sexo e de quem fazia uso de drogas injetáveis. Essas pessoas foram classificadas como *grupos de risco*. Atualmente essa terminologia é considerada ofensiva e foi, aos poucos, sendo substituída por *situações de risco*.

Os oito relatos selecionados que atravessam o tema do hiv/aids expõem posicionamentos, críticas, denúncias, elaborações e reflexões que devem ser reproduzidas e repercutidas em diversos espaços. A espetacularização do hiv/aids foi substituída por um silenciamento que limita, muitas vezes, para a intimidade dos corpos, a possibilidade de se falar a respeito. Esse pacto de silêncio reafirma a estigmatização sobre determinadas

populações, gerada no início da epidemia, e impõe obstáculos na adesão aos tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir dos outros dois relatos abordados nessa dissertação, as reflexões giram em torno das violências reproduzidas contra pessoas que se apresentam como dissidentes sexuais e de gênero. São testemunhos que contam sobre os dias do isolamento social durante a pandemia da COVID-19, mas que utilizam desse cenário para refletir sobre outros momentos e isolamentos.

A leitura desses relatos é feita tendo como aporte teórico a psicanálise, mais especificamente os escritos de Freud e Lacan; a teoria do trauma, recorrendo, além dos psicanalistas citados, a Cathy Caruth; a escrita como testemunho a partir do *Zeugnis* e do *testimonio*, conforme discutida por Márcio Seligmann-Silva; e a Clínica do Testemunho, desenvolvida no Brasil como parte da Comissão de Anistia que tem como objetivo reparar os danos psíquicos e reintegrar parte da história brasileira, a partir do resgate da memória das violências reproduzidas pelo estado brasileiro durante a Ditadura Militar.

Essa dissertação está organizada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, faço uma apresentação do objeto de estudo, *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), discutindo a forma como ele está organizado e os possíveis papéis que ele pode representar especialmente em espaços como a academia. No segundo, trago uma breve discussão do conceito de trauma, relacionando-o com o *só depois* em Freud e Lacan, resgatando também o que Cathy Caruth desenvolveu, especialmente após os contextos de guerra do século XX. E, por último, realizo a leitura dos testemunhos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), tendo como base os referenciais teóricos apresentados no capítulo 2.

Capítulo 1 - A Realidade dos corpos dissidentes

1.1) O Objeto de Pesquisa: *Histórias da Queerentena*

Nos últimos anos, as pressões dos movimentos sociais aumentaram o acesso da população LGBTQIA+ a direitos sociais, civis e políticos. No Brasil, marcos legais como a união estável entre pessoas do mesmo sexo, reconhecida pelo Superior Tribunal Federal como entidade familiar desde 2011; a conversão dessa união em casamento, reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2013; o reconhecimento do direito ao benefício previdenciário da pensão por morte e do auxílio reclusão pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2005; e o direito ao uso do nome social para pessoas trans representam não apenas o acesso a direitos, mas a transformação de realidades de pessoas muitas vezes empurradas para as margens da sociedade (Brasil, 2017).

As violências, exclusões, invisibilizações e estigmatizações a que essas pessoas são submetidas podem deixar marcas nas subjetividades que muitas vezes, por falta de espaços de escuta, reconhecimento e elaboração, afetam diretamente suas vidas, provocando uma série de adoecimentos psíquicos. Esses espaços são encontrados onde há o reconhecimento tanto de suas vidas como das violências que enfrentam. Tais violências são atravessadas por diversas questões que jamais poderiam ser esgotadas neste texto. Desigualdades no acesso aos serviços de saúde, à educação, ao emprego formal e à vida social, de modo geral, ainda são realidade, mesmo após muitas conquistas consequentes da força dos movimentos sociais.

O Brasil ainda enfrenta muitas barreiras para acessar informações a respeito de pessoas LGBTQIA+. Existe uma lacuna significativa acerca da disponibilidade de dados desse grupo social. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não apresenta um método eficiente para a coleta de informações a respeito dessa população. Uma das barreiras que se apresenta é o fato de que o preconceito que assombra a sociedade impede

que as pessoas declarem suas orientações sexuais e identidades de gênero nos questionários realizados pelos agentes de pesquisa. Em 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) incluiu pela primeira vez, no Módulo de Atividade Sexual, uma pergunta sobre orientação sexual. Entretanto, os dados foram considerados de caráter experimental, uma vez que o método não havia atingido maturidade suficiente para serem utilizados de maneira segura (IBGE, 2019). Por essa razão, as organizações não governamentais são as instituições que mais contribuem com a divulgação desses dados.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza desde 1980 o levantamento de mortes violentas (homicídios e suicídios) de pessoas LGBTQIA+. A própria organização relata que há subnotificações quanto a esses casos devido à falta de financiamento público. Mesmo assim, em 2024 foram relatadas 291 mortes violentas dessas pessoas no Brasil, sendo 273 homicídios e 18 suicídios, com 32 casos ainda em investigação. Segundo este último relatório da organização, o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo (Grupo Gay da Bahia, 2024).

Esse cenário evidencia a importância da visibilidade que esse grupo ainda precisa alcançar. Apesar dos altos índices de mortes violentas dentro da comunidade LGBTQIA+, as duas últimas décadas testemunharam um crescimento da representatividade desse grupo, acompanhado de uma tímida desvinculação da imagem de homossexuais e mulheres trans e travestis em relação ao hiv/aids¹. Embora atualmente o tema seja amplamente silenciado e geralmente abordado na intimidade dos corpos que convivem com o vírus, foi a resposta dos movimentos homossexuais à epidemia de hiv/aids nos anos 1980 que impulsionou a luta nos anos posteriores.

¹Utilizo *hiv* e *aids* com letras minúsculas, em concordância com a proposta de Herbert Daniel, retomado por Mello (2018), a respeito do caráter político e social da epidemia, denunciando a estigmatização e abjeção de pessoas que convivem com hiv/aids, “na intenção de diminuir o protagonismo da doença em si frente à vida do indivíduo” (p. 15). As siglas serão mantidas com letras maiúsculas apenas quando citadas de outras publicações. A linguagem é o verdadeiro vírus: corpo é texto. (Mello, R. N., Org.). *Tente entender o que tento dizer: poesia + hiv/aids*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo)

O movimento *queer*², bem como a teoria que carrega o mesmo nome, surgiu nos Estados Unidos (EUA) nesse contexto. Miskolci (2017) contextualiza o cenário histórico do nascimento desse movimento e afirma que ele surgiu no momento em que a aids se tornou uma epidemia. Segundo o autor, ao contrário do que ocorria nos EUA, em que o governo de Ronald Reagen se afastou progressivamente dos movimentos sociais que demandavam iniciativas estatais para o tratamento de pacientes que viviam com hiv/aids, o Brasil passava por um momento de abertura política, com o fim da Ditadura Militar, o que possibilitou um diálogo um pouco mais amplo entre movimentos sociais e governo. Mesmo assim, o pânico sexual iniciado durante a epidemia atingiu ambos países, gerando uma série de estigmas e discriminações (Miskolci, 2017).

A população que mais sofre com essa estigmatização é composta por homens gays e mulheres trans e travestis. As primeiras notificações da doença, das mortes a ela relacionadas e sua maior incidência, no início da década de 1980, somadas às homo e transfobias profundamente enraizadas em uma sociedade conservadora, ocorreram majoritariamente entre essas pessoas. Foi nesse contexto que o hiv/aids passou a ser denominado pela imprensa como “peste gay”.

A apropriação da palavra *queer* como uma resposta radical dos movimentos homossexuais contra o descaso e a violência da sociedade e do governo estadunidense, surge justamente nesse contexto do início da epidemia do hiv/aids.

A aids foi, portanto, um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais, materializadas no ACT UP, uma coalizão ligada à questão da aids para atacar o poder, e no Queer Nation, de onde vem a palavra *queer*, a nação anormal, a nação esquisita, a nação bicha. (Miskolci, 2017, p.24)

² Em tradução direta para o português, a palavra *queer* significa “estranho, esquisito” (Cambridge University Press).

O surgimento do movimento queer está intimamente relacionado à epidemia do hiv/aids naquele país e à resistência dos movimentos sociais que lutaram contra a negligência do Estado e de setores conservadores da sociedade em investir recursos no tratamento e na prevenção da doença.

Ao mesmo tempo em que se iniciava esse movimento social, queer também passou a fazer parte de construções teóricas nos circuitos acadêmicos, principalmente a partir dos anos 90. Esse novo posicionamento teórico surgiu do encontro entre o Pós-Estruturalismo francês e as correntes filosóficas e Estudos Culturais dos EUA, problematizando as noções de sujeito, identidade, agência e identificação (Louro, 2001). Para o sociólogo Seidman (1996), a teoria queer refere-se ao estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (p. 13).

O termo queer era utilizado de forma pejorativa por setores conservadores da sociedade estadunidense para ofender a população LGBTQIA+. Existem alguns acontecimentos históricos que se conectam com o sentido ofensivo dessa palavra. De Lauretis (2019) aponta para os contextos em que era utilizada, por exemplo nos romances de Charles Dickens, que nomeava em seus textos uma determinada área de Londres como Queer Street, na qual viviam pessoas pobres, doentes e endividadas. A autora lembra ainda que foi após o julgamento de Oscar Wild, condenado por sodomia num período em que a homossexualidade era proibida na Inglaterra, que queer passou a ser utilizada de maneira estigmatizada para se referir à homossexualidade. Foi numa conferência organizada pela própria autora, em 1990, que ela uniu pela primeira vez os termos teoria e queer, propondo que os estudos gays e lésbicos não deveriam fazer parte de um mesmo campo de estudos, já que esses grupos possuíam práticas sexuais e histórias muito diferentes. Havia, por exemplo, dentro do campo

de estudos lésbicos, uma aproximação com os estudos feministas, ao mesmo tempo em que havia também um conflito, principalmente com relação a questões étnicas e raciais, uma vez que estas últimas eram sistematicamente negligenciadas nas discussões acadêmicas. Seu objetivo era o de propor um diálogo crítico entre os estudos gays e lésbicos, trazendo para as análises e para os discursos os aspectos relacionados a raça e etnia, muito silenciados nesses campos (de Lauretis, 2019).

O surgimento da epidemia da aids e das estigmatizações a ela relacionadas alteraram o rumo das discussões e das demandas dos movimentos homossexuais, especialmente nos EUA. Alguns homens gays, em especial aqueles com hiv, não faziam parte do movimento homossexual que tinha como marca muitos valores da cultura da classe média branca estadunidense. O queer relaciona-se muito mais a uma teoria e a um movimento de crítica a essa cultura do que à demanda por uma incorporação social.

Embora atualmente a sociedade e seus meios de comunicação não produzam mais a espetacularização do fenômeno do hiv/aids, como ocorreu nos anos 1980, observa-se, em contrapartida, um silenciamento do tema. As altas taxas de infecção de hiv e de diagnóstico de aids indicam que é controverso afirmar que não vivemos mais uma epidemia do hiv/aids ou que a sombra do discurso produzido em décadas anteriores deixou de recair sobre corpos que fogem às normas da matriz heterossexual. Dados publicados pelo Ministério da Saúde no *Boletim Epidemiológico HIV e AIDS 2024* apontam que, somente em 2023, o Brasil registrou 46.495 novos casos de infecção pelo hiv e 10.338 novas detecções de aids (Brasil, 2024).

A LGBTIfobia e o preconceito contra pessoas que vivem com hiv são fenômenos sociais e culturais que atingem esses grupos, afetando diretamente suas vidas. Esse cenário revela que, embora tenhamos conquistado mais visibilidade nas últimas décadas, ainda estamos longe de alcançar a dignidade. As violências que atravessam nossos corpos são

estruturadas por dinâmicas históricas que expulsam para a marginalidade aqueles que não obedecem às normas sexuais e de gênero socialmente estabelecidas.

O conceito de abjeção, conforme pensado por Butler (1993/2023), auxilia na compreensão dos mecanismos implicados nessas violências. Miskolci (2017) afirma que a questão central abordada pela teoria queer não é exatamente a homossexualidade, mas a abjeção. Inicialmente desenvolvido pela psicanalista Julia Kristeva (1980), esse conceito ganhou contornos específicos no período em que a epidemia do hiv/aids teve início. Para a autora,

Há, na abjeção, uma dessas violentas e obscuras revoltas do ser contra aquilo que o ameaça e que lhe parece vir de um fora ou de um dentro exorbitante, jogado ao lado do possível, do tolerável, do pensável. Está lá, bem perto, mas inassimilável. Isso solicita, inquieta, fascina o desejo que, no entanto, não se deixa seduzir. Assustado, ele se desvia. Enojado, ele rejeita. Um absoluto o protege do opróbrio, com orgulho a ele se fia e o guarda. (p .1).

De acordo com o *Oxford Latin Dictionary* (2012), a palavra *abjeção* deriva do latim *abjicere*, que significa "lançar fora" ou "rejeitar". A psicanalista a compreende como um ato de repulsa, uma rejeição a tudo o que é considerado impuro. Em seu texto, ela aborda como certos fluidos corporais são vistos como sujos e causadores de nojo, e como tudo aquilo que desestabiliza uma ordem socialmente instituída é considerado abjeto.

Butler (1993/2023) utiliza esse conceito para falar sobre o estatuto de sujeito que nem todas as pessoas alcançam. Aquelas que não se adequam às normas de gênero são os corpos abjetos que ameaçam uma ordem e são, portanto, marginalizados e excluídos da malha social. É justamente o que vemos acontecer com pessoas LGBTQIA+ e, ainda, com pessoas que vivem com hiv.

As consequências nas vidas dessas pessoas podem ser inúmeras e os escassos espaços para a elaboração dessas violências podem vulnerabilizar ainda mais essas populações. O livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) foi um chamado para a abertura desse espaço. Publicado em 2020, no período em que não sabíamos ainda por quanto tempo teríamos que permanecer em isolamento social (medida que restringia a circulação e o encontro presencial de pessoas, como forma de conter a disseminação do coronavírus), ele conta com 72 relatos de quem sentiu inspiração para escrever sobre o seu isolamento (caso fosse possível fazê-lo) a partir de sua vivência como um corpo dissidente.

Advogo, nesta dissertação, que a escrita pode funcionar como uma maneira de fazer um furo nos isolamentos impostos durante (mas não apenas) a pandemia da COVID-19 e que o livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) abriu espaço para que elaborações de sujeitos que vivenciaram traumas decorrentes das violências a que estiveram submetidos em períodos anteriores fossem possíveis. Portanto, não se deve pensar que se trata de um livro que aborda somente os impactos da pandemia da COVID-19 nas vidas de pessoas LGBTQIA+. O tema é relevante e as investigações a esse respeito são cruciais para que políticas públicas voltadas a esse grupo sejam desenvolvidas. Contudo, o convite para a escrita veio com a intenção de subverter a lógica acadêmica em que a pergunta vem de quem conduz a pesquisa.

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação de Pablo Navarro³, coletou, no ano de 2020, relatos de pessoas que se sentiram atravessadas por uma convocação: a de escrever, a partir de suas próprias inquietações e das diversidades de seus corpos, sobre o que as atravessou

³Pablo Pérez Navarro é doutor em Filosofia pela Universidade de La Laguna (Espanha). Atuou como professor visitante no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG), onde coordenou o livro *Histórias da queerentena*. Também é pesquisador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e atuou como pesquisador convidado em universidades brasileiras, incluindo a Universidade Federal da Bahia (UFBA)

durante o período do isolamento social. É, portanto, uma escrita de si, uma forma de relatar a si mesmo.

A leitura do livro nos informa que habitamos uma sociedade em que algumas narrativas são privilegiadas em detrimento de outras. A palavra não circula de maneira democrática em todos os segmentos sociais. Há diferença na escuta. Algumas vozes são inaudíveis em determinados espaços e a ideia da publicação é justamente fazer a palavra circular entre lugares que historicamente não têm a tradição de se comunicar com elas. É uma proposta que vem de um grupo de pesquisa de uma universidade, porém, a pergunta é feita pelos participantes. Com essa transposição de lugares é o público leitor que se depara com uma série de indagações evidenciadas por quem escreveu os relatos.

O prefácio do livro nos informa sobre a intenção por trás da publicação.

Expor um mundo que talvez jamais ganhasse alguma aparição e visibilidade. Dispor entre os mundos, experiências contadas desde **o próprio corpo e do próprio desejo** [grifo nosso]. Impor vozes e discursos aos ouvidos daqueles que seguem considerando que o argumento e o pensamento apenas advêm de determinados latifúndios epistêmicos. (Navarro, 2020, p. 9)

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) configura-se como uma insubordinação à metodologia científica porque é escrito para que suas palavras, autorizadas a se manifestarem na universidade somente a partir de demandas de pesquisa, sejam ouvidas (ou lidas) dentro dos muros acadêmicos a partir do seu próprio desejo. Escrevo esta dissertação como uma forma de ecoar esses relatos, reconhecendo a relevância de aproximar dois mundos separados por epistemologias que, na maioria das vezes, não dialogam. Como leitora e pesquisadora, sinto-me afetada pelas escritas, percebendo que há, de fato, uma inversão nas posições ocupadas por mim e pelos relatos. Fazendo uma analogia com a psicanálise, é como se houvesse uma inversão entre os lugares de analista e analisante, de modo que o texto não

desempenhasse mais a função de ser analisado, mas, sim, a de despertar uma investigação em quem o lê.

As pessoas que participaram da construção de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) não possuem necessariamente a escrita como ofício. Em alguns textos, sabemos com o que trabalham, em outros, não fazemos a menor ideia de como vivem. Elas escolheram escrever sobre o que as inquietava naquele momento. Muitas escreveram sobre reminiscências de um outro tempo, de um outro isolamento. A palavra *isolamento* ganhou diferentes contornos no momento da pandemia da COVID-19, principalmente entre populações vulnerabilizadas. Algumas pesquisas indicam que o termo mais adequado para se referir à medida de contenção do vírus seria *isolamento físico*, uma vez que pessoas LGBTQIA+ têm suas vidas marcadas por diferentes formas de isolamentos em diversos espaços (na escola, no trabalho, na família, na igreja etc) (Oliveira, de Carvalho & de Jesus, 2020). Nessa dissertação, porém, opto por utilizar a expressão *isolamento social*, considerando que esse fenômeno foi frequentemente relatado como a repetição de uma situação já vivida.

Algumas expressões presentes nos relatos evidenciam essa repetição: “vivi uma vida entre paredes clínicas” (Navarro, 2020, p. 27), “já vivíamos o confinamento e o isolamento” (p. 91), “Sempre estive numa eterna pandemia, num eterno isolamento social” (p. 142). Essa repetição denuncia a forma como a sociedade estruturou práticas reguladoras que excluem corpos considerados ininteligíveis. Para Butler (1990/2003), tais práticas reguladoras instituem identidades por meio de uma coerência arbitrária entre sexo, gênero e desejo. A autora afirma, ainda, que essas práticas reguladoras estabelecem os corpos inteligíveis, reconhecidos como pessoas apenas quando estão em conformidade com a matriz heterossexual sexo-gênero-desejo.

A LGBTIfobia e, em especial, o preconceito contra pessoas que vivem com hiv, serão abordadas nessa dissertação por serem dois temas que apareceram repetidas vezes nos relatos do livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020). Portanto, por mais que cada sujeito tenha uma resposta subjetiva e pessoal a essas violências, há um fenômeno social e cultural que impõe algo compartilhado a esses grupos. É possível perceber que há algo que se repete nos relatos. Alguns termos insistem em reaparecer nas diferentes narrativas, porém assumindo sentidos diversos.

A repetição é um conceito fundamental para a teoria psicanalítica. Ele pode ser pensado tanto a partir de sua dimensão teórica quanto de sua dimensão clínica. Em *Recordar, Repetir e Elaborar*, Freud (1914/2010) discute a forma como, durante o tratamento em análise, a repetição dos sintomas aparece como uma resistência para narrar eventos que marcaram sua história ou que tenham alguma associação com as queixas que levaram à procura de tratamento. Durante as sessões, caso a transferência tenha sido estabelecida, a repetição é uma maneira de recordar. Em análise ela está relacionada a um modo de recordar que possibilita uma elaboração, diferente do que ocorre fora do tratamento analítico, em que o que se dá é o ato, a repetição sem a elaboração.

O fato de *isolamento social* ser mencionado em diversos relatos como uma repetição reafirma o que Freud (1915/2010) já havia dito a respeito do inconsciente: ele é atemporal. Com isso ele quer dizer que os conteúdos do inconsciente não sofrem com a ação do tempo. Algo que foi reprimido há anos permanece inalterado e preservado e seu conteúdo muitas vezes só pode ser acessado através das manifestações do inconsciente.

Desde as primeiras publicações de Freud sabemos que há uma relação íntima entre o inconsciente e a escrita. Lacan reforça essa ideia a partir de sua leitura da teoria freudiana. Em *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) percebemos essa relação manifestada nas narrativas, principalmente se lembrarmos que elas foram escritas a partir “do próprio corpo e

do próprio desejo” (p.9). Dito isso, não há a intenção, aqui, de tratar os textos como casos clínicos a serem analisados a partir da teoria psicanalítica. O objetivo é pensar nesses escritos como possíveis formas de elaboração, como uma ação política de denúncia sobre realidades invisibilizadas e como uma estratégia de fazer um furo nos isolamentos sociais impostos durante e anteriormente à pandemia da COVID-19.

Os temas que aparecem nos 72 relatos são muitos, no entanto alguns se sobressaem. A descrição do isolamento social da COVID-19 como algo já vivido antes, seja por conta de experiências relacionadas à epidemia do hiv ou às LGBTIfobias, repete-se em diversos textos. As formas como expõem suas reflexões são diversas, sendo inviável classificar todas as narrativas dentro de um único grupo. É possível perceber, entretanto, um teor testemunhal em todas elas. Com teor testemunhal pretendo argumentar que existe a urgência em compartilhar sobre os temas, como uma forma de trazer para o debate público assuntos regularmente silenciados. Publicizar as violências e traumas vivenciados individualmente, porém compartilhados num coletivo, e possibilitar seu reconhecimento são ações essenciais para que a viabilidade de uma elaboração psíquica. A escrita carregada de um teor testemunhal abre essa possibilidade.

Seligmann-Silva (2017) nos auxilia a pensar sobre essas questões ao relacionar os relatos de testemunhas, a memória coletiva, o discurso jurídico (o reconhecimento pela justiça formal em tribunais das violências cometidas) e o discurso histórico. Todas essas formas de reconhecimento, para ele, progridem ao lado do trabalho de luto do trauma. O luto é pensado aqui a partir do que Freud (1917/2010) escreveu em *Luto e Melancolia*, como um trabalho de elaboração que acontece após uma perda que pode ser de uma pessoa amada ou de algo mais abstrato como um ideal ou um projeto de vida. O conceito de trauma será abordado de maneira mais aprofundada no segundo capítulo desta dissertação, alicerçado no

que a teoria psicanalítica nos apresenta, além das contribuições da Teoria do Trauma, em especial as publicações de Cathy Caruth.

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) se apresenta como uma tentativa de ruptura ao isolamento social compartilhado mundialmente, mas mais do que isso, de possibilitar um contorno às experiências abjetas, com os participantes trazendo relatos de si e, a partir deles, as dissidências de gênero e sexualidade como um atravessamento não comum, porém compartilhado. Essa perspectiva foi nomeada por Navarro (2020) como assembleia - manifestações e protestos, ação política que não apenas expressam demandas, mas também performam e materializam a existência e a resistência dos corpos que as compõem. As assembleias performativas podem ser entendidas em termos de desafios às normas e identidades estabelecidas (Butler, 2016/2018). Cada relato tem a importância de sua singularidade, contudo ele ganha um sentido único a partir de sua publicação num coletivo, numa assembleia, tendo sua condição precária como estimulante para esse movimento de escrita.

A força deles está justamente no fato de que foram reunidos numa forma de assembleia que já tinha um significado antes mesmo de sua publicação. Segundo Butler (2016/2018), “(...) o poder que as pessoas têm de se reunir é ele mesmo uma importante prerrogativa política (...). A reunião significa para além do que é dito, (...)” (p.14). O que a autora quer dizer com isso é que a reunião de corpos, mesmo que num espaço virtual como é o caso do livro, demonstra a reivindicação e o exercício de aparecerem e serem vistos, ou em outras palavras, de existirem, independentemente dos discursos que afirmam. Essa assembleia representa também uma forma de resistência a toda a precarização à qual determinados grupos sociais são submetidos. Ademais, ela se apoia num posicionamento coletivo, tão desvalorizado e desarticulado pela lógica neoliberal, em que a responsabilização pelo estado de bem estar é posta sempre sobre o indivíduo.

Essa é uma ação coletiva. Uma narrativa ganha um novo sentido a partir da leitura de uma outra e, desta forma, um laço social é tracejado, rompendo os isolamentos a que foram submetidos.

A equipe de organização do livro convida a nos deixarmos afetar pelas narrativas que o compõem. A deixar de lado o olhar de julgamento e análise e dissolver a hierarquia que organiza os corpos privilegiando aqueles que se enquadram numa determinada ordem cisheterossexual. E foi aceitando este convite que os objetivos da dissertação foram transbordados, abrindo novos caminhos para esta escrita e provocando uma mudança de posição subjetiva na própria autora desse texto. É incontestável que as leituras nos afetam em lugares específicos. A premissa de ocupar o lugar de pesquisadora e analista foi sendo diluída a cada leitura, sendo por diversas vezes substituída pelo lugar de analisante. Os relatos que tenho em mãos, materializados e finalizados (ao menos por quem o escreveu), não se esgotam em seus sentidos ao serem publicados. A escrita só termina (ela termina?) quando chega aos olhos de quem a lê. Concordando com o que Lacan postula sobre o inconsciente, de que ele está situado nas entrelinhas, é na leitura que encontraremos também a sua manifestação. O que aspiro dizer com isso é que os sentidos dados a esses relatos estão carregados de minha leitura, também inconsciente, e que os lugares de pesquisadora, analista e analisante estiveram em constante movimento ao longo da escrita.

1.2) O que significa (con)viver com hiv? Da espetacularização ao emudecimento

Para escrever sobre hiv/aids em 2025 é necessário recorrer às suas origens, a partir dos anos 1980. O entendimento a respeito dessa doença crônica é influenciado pela forma como a cultura produz os sentidos a ela associados. Há uma diferença na compreensão desse fenômeno a depender da geração. A mídia dos anos 1980 e 90 construiu uma imagem extremamente estigmatizada a respeito do que era o hiv/aids, promovendo uma espetacularização reiterada por uma sociedade conservadora e preconceituosa. É por isso que

o hiv/aids possui contornos políticos que influenciam diretamente a forma como as pessoas irão significar seus diagnósticos.

Pensar na epidemia da aids requer uma reflexão sobre quais discursos foram produzidos décadas atrás, quando um pânico sexual assolou a sociedade, e de que forma eles ecoam ainda hoje, mais de quatro décadas após os primeiros casos de infecção e morte pela doença. É por isso que Marcelo Bessa, ainda em 1997, escreveu que a epidemia da aids não se limitava ao campo biomédico, mas se apresentava também como uma epidemia discursiva. Os argumentos que sustentam essa ideia relacionam-se à forma como a aids era referida naqueles tempos: a peste gay.

Em *Histórias Positivas: A Literatura (Des)Construindo a Aids*, Bessa (1997) apresenta a maneira como as epidemias foram, ao longo da história, sendo contadas a partir de metáforas. A ideologia por trás dessa expressão é a de uma punição para um determinado grupo de pessoas. Ainda nesse texto, o autor resgata o pensamento de Susan Sontag (1989) em *Aids e Suas Metáforas* em que a autora argumenta que as epidemias são historicamente compreendidas como pestes, em que um tipo de indivíduo específico é o responsável por contaminar uma comunidade inteira.

Além de ser um castigo, passa também a ser uma punição repulsiva, representando, principalmente, uma invasão — que parte de um indivíduo — a toda a coletividade (1989:54-55). Essa mudança é crucial, pois a peste torna-se a doença do outro — que fez por merecê-la —, mas que compromete sua comunidade. (Bessa, 1997, p.164-167)

Assim a construção dos discursos que contornavam a aids recaiu sobre homens gays e mulheres trans e travestis, carimbando esses corpos como sujos e contagiosos, numa tentativa de frear as contestações de padrões sexuais e morais que aconteceram nos anos 1970 (Souto Maior Jr., 2020).

A classificação da doença como sexualmente transmissível e não como uma doença viral, como é o caso por exemplo das hepatites B (HBV), C (HCV) e D (HDV), que apresentam formas de transmissão semelhantes às do hiv, reforça o que Bessa (1997) apresenta sobre a epidemia discursiva construída em torno da aids. Há uma escolha deliberada nesta forma de classificação. Por isso é que, sem desconsiderar a gravidade da infecção e a relevância da discussão sobre seu tratamento, é fundamental pensar em novas representações e compreensões que rompam com o imaginário social construído ao longo daquelas décadas. Tal imaginário relaciona-se à sentença de morte associada ao diagnóstico positivo e ao estigma produzido sobre pessoas que vivem com hiv, em especial homens gays, mulheres trans e travestis. O estigma desumaniza porque funciona como um carimbo que marca o sujeito e o reduz a uma determinada característica compreendida socialmente como indesejável (Goffman, 1963/1981).

A falta de informação a respeito da etiologia do novo vírus que acabara de surgir, no início dos anos 1980, somado aos preconceitos já existentes sobre esses grupos, foram os mecanismos que impulsionaram essa estigmatização. A escrita foi, como um contraponto, uma das ferramentas utilizadas por diversas/os autoras/es como forma de construir outros sentidos ao hiv/aids durante aquele período. Alguns nomes mais conhecidos são os de Caio Fernando Abreu, Herbert Daniel, Richard Parker e Susan Sontag.

Bessa (1997) aponta como a construção da imagem de pessoas com hiv nos anos 1980 colaborou para essa estigmatização. Ele apresenta uma ilustração publicada no Caderno “Idéias Livres” do Jornal do Brasil, feita pelo desenhista Lula em dezembro de 1995.

Um homem está sentado, curvado em sinal de fraqueza e submissão, com as pernas descarnadas e seus ossos e tendões aparecendo. Seus braços finos apóiam-se naquilo que eram as coxas, enquanto a cabeça, disforme e enorme em relação ao corpo, quase não tem traços distintos. O desenho, pelo conjunto, transmite uma sensação de

extrema passividade, solidão e dor. Aos olhos de todos, o desenho não retrata algo desconhecido: representa o que um doente de AIDS é. (Bessa, 1997, Loc. 1447-1450).

Essa publicação foi feita alguns anos depois da conhecida edição da Revista Veja, em 1989, cuja capa estampava a foto de Cazuzo sob o título “Cazuzo - Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”. Essa imagem, da magreza extrema acompanhada de feridas na pele, marcou uma geração. Ainda hoje ela assombra os corpos que foram alvo desses preconceitos e cria uma cultura, em especial entre homens gays, de investir esforços em cultivar músculos como forma de se afastar da magreza que durante tanto tempo provocou nojo, asco e isolamento: a abjeção.

As/os autoras/es citadas nessa dissertação como porta-vozes do ativismo hiv/aids tentaram incansavelmente ressignificar a imagem construída pela imprensa brasileira e mundial. Caio Fernando Abreu, jornalista e escritor gaúcho e que morreu em decorrência de complicações da aids em 1996, foi um importante representante da cultura nos anos 1980. Sua obra foi marcada pelas transformações sociais no país, desde a Ditadura Militar até a epidemia do hiv/aids. Em 1994, Caio revelou que havia testado positivo para o hiv. Essa revelação foi feita através da publicação de crônicas, posteriormente reunidas sob o título *Cartas Para Além dos Muros*, nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*. Além de falar abertamente sobre o hiv/aids, numa tentativa de construir outras narrativas sobre os corpos acusados cruelmente de serem os vetores da “peste”, o escritor encontrou na escrita uma brecha para (tentar?) elaborar o diagnóstico positivo que recebera. Foram quatro as cartas que ele escreveu e publicou após a confirmação do diagnóstico. Na primeira, ele tenta dar contorno a essa experiência, sem ainda anunciar abertamente que testara positivo, mas com pistas de que algo muito intenso havia acontecido com ele. Caio escreve.

É com terrível esforço que te escrevo. E isso agora não é mais apenas uma maneira literária de dizer que escrever significa mexer com funduras - como Clarice, feito

Pessoa. Em Carson McCullers doía fisicamente, no corpo feito de carne e veias e músculos. Pois é no corpo que me dói agora. (Abreu, 1994 / 2014, p.124-125)

Nessa crônica, ele dá notícias de que escreve do hospital onde recebeu o resultado do teste. Aparentemente algemado a uma maca após uma crise nervosa diante do resultado, Caio tenta quebrar o isolamento dos muros do hospital com essas cartas.

Minha única preocupação é conseguir escrever estas palavras - e elas doem, uma por uma - para depois passá-las, disfarçando, para o bolso de um desses que costumam vir no meio da tarde. E que são doces, com suas maçãs, suas revistas. Acho que serão capazes de levar esta carta até depois dos muros que vejo a separar as grades de onde estou daquelas construções brancas, frias. (p. 126)

O isolamento fez (e continua fazendo) parte de quem convive com o diagnóstico positivo e opta muitas vezes por não compartilhá-lo com outras pessoas. Não que necessariamente ele seja um segredo, porém da forma como é compreendido, ainda hoje há o aconselhamento de profissionais de saúde especializados para que seja mantido em sigilo, protegido inclusive por legislação (Lei nº 14.289/2022).

Caio furou o isolamento em que vivia, encontrando na escrita uma maneira não apenas de informar, mas de inventar um possível sentido para aquela experiência e fazer vínculo com o mundo. Até hoje, mais de 30 anos depois de suas últimas publicações, ele segue presentificado em diversos tempos e espaços e ainda tecendo laços. A escrita foi para ele a experiência em si.

A apresentação do livro *Histórias Positivas: A Literatura (Des)Construindo a Aids* (Bessa, 1997) é inaugurada com uma citação de Simon Watney: “In no health crisis in history has the written word played a central, extensive and heavily contested role.” (Loc. 90) (Em nenhuma crise de saúde da história a palavra escrita desempenhou um papel tão central, abrangente e fortemente contestado – [Tradução nossa]). O autor apresenta uma série de

escritores que criaram narrativas paralelas aos discursos midiáticos não especificamente sobre a aids, mas principalmente sobre os homens gays e mulheres trans e travestis, que eram vistos como vetores abjetos a serem eliminados da sociedade. Estigmatizado pela mídia, a sociedade conservadora passou a olhar para esse grupo como pessoas a serem evitadas e isoladas. Segundo Pelucio (2009) a ideia de prevenção girava em torno de fazer com que os então denominados “grupos de risco” se prevenissem para evitar o hiv enquanto o restante da sociedade deveria se prevenir evitando o contato com os então denominados grupos de risco.

Mesmo que muito já se tenha debatido acerca da construção desses estigmas, ainda hoje as pessoas que vivem com hiv apresentam dificuldades em revelar suas sorologias. O Índice de Estigma em Relação às Pessoas Vivendo com hiv, publicado em 2025, aponta que 52,9% das pessoas que vivem com hiv no Brasil passaram por algum tipo de discriminação que acontecem dentro das famílias e dos relacionamentos erótico/afetivos, em ambientes de trabalho, em serviços de saúde e podem se apresentar de diversas formas como a divulgação não autorizada da sorologia e a recusa de profissionais de saúde em prestar atendimento. Tudo isso afeta não somente a qualidade de vida, a saúde mental e os níveis de sofrimento psíquico de quem vive com hiv, mas funcionam como barreiras à adesão ao tratamento (Un aids, 2025).

Herbert Daniel, assim como Caio Fernando, também teve de se exilar durante o período da Ditadura Militar. No início dos anos 1980, Daniel passou a escrever sobre a nova epidemia que se apresentava no Brasil e no mundo, a aids. Um dos seus textos mais conhecidos, *O Primeiro AZT a Gente Nunca Esquece*, foi publicado em 1990, dois anos antes de sua morte em decorrência de complicações pelo hiv/aids.

Foi no ano de 1996 que o governo federal iniciou a distribuição de medicamentos antirretrovirais, assegurada por lei federal até os dias de hoje. O resultado disso foi uma queda de 38% nos óbitos entre os anos de 1995 e 1997. Houve um intenso investimento em

políticas de prevenção e tratamento por parte do governo federal a partir da década de 1990 (Brasil, 1999). Um ano após o início da distribuição desses medicamentos, em 1997, é publicado o livro *Depois Daquela Viagem*, de Valéria Polizzi, um romance autobiográfico sobre a história da autora enquanto pessoa que vive com hiv. Essa publicação gerou uma grande repercussão, pois o Brasil estava atravessando uma mudança no perfil epidemiológico, com o aumento de mulheres e pessoas heterossexuais sendo infectadas pelo vírus (Brasil, 1999).

Foi nessa mudança de cenário do hiv/aids na segunda metade dos anos 1990 que as notícias começaram a diminuir e as discussões a respeito do tema ficaram cada vez mais escassas. A produção literária acompanhou essa desaceleração, levando a uma diminuição do debate, que ainda acompanhamos nos dias atuais.

O aumento na expectativa de vida de quem acessa o tratamento pode ter contribuído para essa situação. Porém, não podemos nos esquecer que as altas taxas de contaminação por hiv e de morte pela aids acabaram marginalizando-se cada vez mais. Os dados apontam que a falta de acesso ao tratamento concentra-se mais entre a população negra e os jovens entre 15 a 24 (Ministério da Saúde, 2024).

É notável que o que acompanhamos foi uma transição de uma espetacularização para um emudecimento a respeito do hiv/aids. A sorologia, quando relevada, é abordada apenas nos limites da intimidade dos corpos. Porém esse novo cenário levou a uma reação por parte de alguns setores da sociedade, dentre eles aqueles que se dedicam à escrita. Há quem opte, portanto, por furar esse isolamento, revelar sua sorologia e utilizar a escrita para pensar em sentidos possíveis para a infecção. Um desses exemplos é o livro *Tente Entender o que Tente Dizer*, organizado por Ramon Nunes Mello e publicado em 2018, que reúne uma série de poemas atravessados pelo tema, escritos por “pessoas soropositivas, soronegativas e sorointerrogativas” (Mello, 2018, p. 20).

Olhando para os diferentes cenários que a questão do hiv/aids atravessou e pensando também em como a escrita apareceu nessas diferentes situações, podemos nos indagar o que provocou autores e autoras a escrever sobre esse tema. Calvino (2015) encarrega-se de um questionamento parecido em *Por Que Vocês Escrevem ?*. Ele relembra que Primo Levy (1985/2016) também já havia feito essa pergunta, listando nove possíveis respostas para ela:

1) porque se sente o impulso ou a necessidade disso; 2) para divertir ou divertir-se; 3) para ensinar algo a alguém; 4) para melhorar o mundo; 5) para divulgar as próprias ideias (variante da precedente); 6) para libertar-se de uma angústia; 7) para ficar famoso; 8) para ficar rico; 9) por hábito (motivação deixada por último porque “a mais triste de todas”) (Calvino, 2015, p. 111)

A partir de Levy (1985/2016), Calvino (2015) realiza sua própria investigação a respeito das razões pelas quais ele escreve e chega a três conclusões. Em primeiro lugar ele afirma escrever para melhorar o que escrevera antes. Há para ele uma insatisfação com o escrito anterior que necessita, portanto, de um aprimoramento. Ele “gostaria de corrigi-lo de alguma maneira, de completá-lo, propor uma alternativa” (p. 112), o que pode nos levar a pensar na falta como algo que mobiliza a escrita. Em seguida ele afirma que escreve por admiração a alguém, porque gostaria de escrever como alguém por cuja escrita ele tem apreço. Sabendo da impossibilidade desse feito, ele imagina o livro que gostaria de ler, mas que jamais conseguirá escrever. É assim que as ideias de um livro que ainda não existe começam a nascer, numa combinação de idealização e frustração. Por último, ele fala que escreve a partir da “consciência dolorosa” de sua própria “incompetência”. Ele escreve para aprender. É na experiência da escrita que é possível investigar, observar e acessar informações, mas apenas tangenciando-as, nunca as apreendendo por completo.

Considerando Levy (2016) e Calvino (2015) podemos pensar nesses escritos a partir de algumas considerações. Há um fenômeno social que convoca a escrita. A falta de

reconhecimento e elaboração por parte da sociedade sobre o evento hiv/aids nos anos 1980 e 90 gerou um hiato que, de forma paradoxal, gera ecos até os dias de hoje. Esse lapso abriu espaço para uma nova escrita, que vemos por exemplo em *Tente Entender o Que Tento Dizer* (Ramon, 2018). Se fôssemos perguntar a cada autor/a deste livro as razões pelas quais escrevem, teríamos uma resposta diferente para cada uma das poesias. Há, porém, algo que compartilham: a ausência de um debate a respeito do tema, de novos sentidos para o hiv, da possibilidade de se pronunciar “aids” sem a produção de um pânico social.

A metáfora é uma linguagem que caracteriza a comunicação do hiv/aids. Isso acontece desde seu início, sendo referenciada como a “peste gay” pela imprensa, até hoje, como vemos em diversos relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), que serão apresentados nos próximos capítulos. A utilização da pandemia da COVID-19 para se referir à epidemia do hiv/aids nos mostra como ainda há muito o que se falar a respeito. É como se a pandemia, bem como a convocação para a escrita do livro, tivessem aberto uma nova possibilidade de interromper o hiato instaurado desde o início dos anos 2000.

A relação entre a pandemia da COVID-19 e os outros fenômenos abordados nessa dissertação (discriminações contra pessoas que vivem com hiv e LGBTQIA+) e que aparece nos relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) se deu por um processo inconsciente das/os autoras/es, mas que aparece na escrita. Não podemos afirmar com certeza que essa elaboração, esse sentido, foi inaugurada exatamente no momento da escrita do relato publicado no livro, já que não houve acesso às/aos autoras/es. Porém é possível dizer que há produção de sentido no texto. Freud (1914/2014) afirma que na neurose traumática não há a perda de memória efetivamente, mas a perda de um nexos, de um sentido entre o sintoma e o evento traumático. Mesmo que o objeto desse estudo não sejam os sintomas, esse raciocínio de Freud nos ajuda a pensar nos diversos sentidos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020). Um deles é o do resgate da memória, perdida diante do recalçamento coletivo (mesmo

com a força dos movimentos sociais) das violências reproduzidas contra pessoas LGBTQIA+ e contra aquelas que vivem com hiv. Memória também daquelas que morreram como consequência das discriminações que isolaram toda uma comunidade. Assim, essa dissertação passa a ser também uma narrativa sobre memória.

1.3) Corpos dissidentes em isolamento

Corpos dissidentes são assim nomeados por não estarem em consonância com normas sociais de gênero e sexualidade. Butler (1990/2003) utiliza o termo *inteligibilidade cultural* para se referir à interpretação social que é feita sobre as pessoas a partir de seus gêneros e sexualidades. De acordo com a autora, as normas de inteligibilidade são um dos mecanismos pelos quais alguém será validado ou não como um ser humano, afastando para a margem social quem escapa a essas normas, sendo desumanizados, precarizados e compreendidos como não enlutáveis. É assim com a população negra, os povos originários, mulheres lésbicas, homens gays, pessoas tras e travestis, pessoas não binárias, intersexo e qualquer outra forma de existência fora dessas normas e que ainda não tenha uma nomeação.

A falta de dados oficiais a respeito da população LGBTQIA+ atrapalha a elaboração de políticas públicas que visem à sua proteção. Grande parte das informações sobre as violências contra ela são coletadas e divulgadas por organizações não governamentais como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ALGBT), o Lesbocenso, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Essa invisibilização da violência reproduzida, da própria existência desses sujeitos de direitos e de desejos e de sua precarização é histórica e deve ser urgentemente discutida e combatida.

A precariedade relaciona-se com a dependência que qualquer ser humano possui em relação a outro. Esse conceito pode ser pensado ainda de acordo com Berlant (2011) como

uma sensação de ser dispensável ou descartável para a sociedade e que, por conta das desigualdades sociais e outros fatores históricos e culturais que estruturam as sociedades, não é distribuída de forma uniforme na população. Para Butler (1993/2023) uma das formas de diminuir essa desigualdade seria redistribuir de maneira igualitária alguns recursos sociais tais como emprego, alimentação, abrigo, proteção contra maus-tratos e opressão, educação, entre outros. Considerando as exclusões às quais essa população está submetida (família, escola, emprego, saúde, renda e como consequência disso tudo, uma maior exposição à violência), nota-se a sua maior precarização. É importante pontuar que precariedade não é o mesmo que precarização. Enquanto o primeiro é uma condição compartilhada entre todos os seres humanos, uma vez que somos seres que dependem das relações sociais para sobrevivermos desde o primeiro momento de vida, o segundo relaciona-se com uma má distribuição desses recursos e relações sociais que possibilitam que uma vida seja vivível.

O conceito de precariedade aproxima-se ao de desamparo, desenvolvido por Freud (1895/2025) inicialmente em *Projeto Para Uma Psicologia Científica* e retomado posteriormente em diversos textos como *Inibição, Sintoma e Angústia*, em 1926. Ele fala do desamparo como o desprazer sentido pelo bebê na presença de estímulos internos que só podem ser eliminados com o auxílio de um outro, em geral quem exerce a função materna. O desamparo é a condição humana que nos coloca na dependência de um outro desde o nascimento. Essa dependência não se restringe a necessidades biológicas, mas relaciona-se a um desejo de que aquele ser permaneça vivo, desenvolva-se e torne-se um sujeito.

Tanto a precariedade como o desamparo nos comunicam que somos seres sociais, que dependemos da presença, do olhar e do desejo de um outro e de condições de vida que tornarão possível a nossa existência. O reconhecimento ou não dessa dependência é o que irá possibilitar que uma vida seja ou não vivível. Assim, a má distribuição desse reconhecimento

tem como consequência a o aumento da precariedade e a falta de amparo, assim como a possibilidade dessa vida ser enlutada.

Numa dimensão mais individual e subjetiva, existem diversos efeitos vindos dessa marginalização. A começar pelo processo de subjetivação de sujeitos que compartilham essa experiência de exclusão. Para iniciar essa discussão, lanço mão do texto de Sedgwick (2007), publicado pela primeira vez em 1990, sendo fundamental no início dos estudos da teoria queer. Logo de início, a autora nos informa que a epistemologia do armário (expressão que dá título ao texto) não é um conceito ou ideia que se encerra ali. Ela o escreveu inicialmente pensando em mulheres lésbicas e homens gays, mas suas ideias já foram utilizadas para pensar não apenas nas orientações sexuais não normativas, mas também nas pessoas trans e não binárias, tendo sido amplamente utilizadas por autoras e autores da teoria queer. O armário é essa estrutura que, mesmo para quem já inaugurou a sua saída, estará presente pelo resto da vida. Esse é o principal argumento defendido por Sedgwick (2007). Haverá sempre situações em que alguém decidirá expor ou não sua identidade de gênero ou orientação sexual. Estar em lugares não acolhedores é um dos fatores que pode fazer com que a porta do armário se erga e se feche novamente. Apesar de haver momentos históricos em que o pé na porta do armário foi dado, como o famoso dia de Stonewall, nos Estados Unidos, ou o dia nacional do orgulho lésbico (19 de agosto), em que mulheres lésbicas fizeram um levante no Ferro's Bar em São Paulo, após a proibição da distribuição da revista ChanaComChana, que marcam uma saída do armário coletiva, essa estrutura ainda atravessa as vidas de pessoas LGBTQIA+ em diversas dimensões. A própria pandemia da COVID-19 foi um momento em que muitas dessas portas se reergueram e enclausuraram dentro de armários pessoas que já haviam revelado suas dissidências. Foi o caso, por exemplo, de pessoas que haviam migrado para outras cidades longe de suas famílias e que viviam com mais liberdade suas sexualidades. O isolamento social, a impossibilidade de continuar ganhando uma renda, entre

outros fatores, forçaram muitos migrantes a retornarem para as casas de suas famílias em suas cidades de origem, muitas vezes sendo forçadas/os, por medo de rejeição, de violência, de não aceitação, a esconderem seus desejos e suas formas de estar no mundo. A própria máscara muitas vezes funcionou como uma estrutura de proteção e esconderijo para diversas pessoas que não queriam expor seus corpos dissidentes, muitas vezes evidentes em seus rostos.

Demingos e Stona (2021) compreendem o armário “como uma estrutura narrativa que exerce um controle difuso e flexível sobre como determinados sujeitos se compreendem e se formam social e discursivamente” (p. 238). Para os autores, essa estrutura atravessa a subjetivação não apenas de pessoas que encontram-se fora das normas sexuais e de gênero, mas funciona também como uma ameaça àquelas que estão dentro de um regime cisheteronormativo e que tentam a todo custo se afastar de qualquer traço que remeta a um desejo fora dessa norma. Qualquer comportamento compreendido socialmente como próximo à homossexualidade acaba sendo imediatamente rejeitado, impedindo que as pessoas vivenciem suas sexualidades de forma mais livre.

A escrita foi uma maneira que autoras/es de autoras/es de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) encontraram para dar contorno às suas experiências. Assim como o hiv/aids, temas relacionados à homossexualidade, às transidentidades e às violências que antecederam a pandemia são abordados em diversos relatos. Há também escritos sobre amor e apaixonamentos, há dedicatórias, cartas, diários, reflexões sobre padrões de comportamento, trabalho, famílias acolhedoras e tantos outros conteúdos, o que reflete as diversas realidades que jamais seriam totalmente representadas em uma publicação. Falar sobre vivências LGBTQIA+ não se limita a abordar como somos submetidas/os a violências diariamente. Ademais, nem as identidades de gênero nem as orientações sexuais são os principais acontecimentos nas vidas de pessoas LGBTQIA+, tampouco são necessariamente

atravessados por situações de violência ou desconforto. Algumas pessoas escreveram, por exemplo, sobre como mantiveram preservado o orgulho durante a pandemia. Partindo desse ponto, é possível que leitoras/es sintam que as linhas daqueles escritos reverberem em seus corpos de diversas formas, possibilitando caminhos para elaborações, indagações e revelações.

A escrita pode, portanto, funcionar como essa abertura não apenas para quem escreve, mas também para quem lê. Ela, pensada como uma arte, possibilita uma aberturas de sentidos. Um pensamento silenciado pode encontrar numa expressão artística uma voz, uma palavra, uma imagem ou mesmo um sentido que lhe dê um contorno.

Resgatando Primo Levi (1985/2016) em um de seus ensaios publicados no jornal *La Stampa*, podemos novamente refletir sobre as razões que levam alguém a escrever. O autor expõe algumas conclusões a que chegou, fazendo considerações a respeito de cada uma delas. Ele fala sobre escrever por impulso ou necessidade, para se divertir e divertir o outro, para ensinar, para melhorar o mundo, para compartilhar sobre as próprias ideias, para (tentar) se livrar de uma angústia, para ganhar dinheiro ou fama e por fim, por hábito. Para cada uma dessas razões, Levi (1985/2016) faz ponderações, inclusive com críticas, considerando que algumas dessas razões fazem com que determinadas escritas sejam menos louváveis. Em outro texto da mesma coleção, o autor considera ainda que quando alguém escreve, o faz com tudo aquilo que nos humaniza: inconsciente e consciente; isso, eu e supereu; sua própria biografia; seu corpo com seus hormônios, histórias, anatomia e traumas. Ele apresenta um personagem da tradição germânica, o *Doppelgänger*, uma espécie de duplo da pessoa a quem acompanha. Segundo essa tradição, cada pessoa tem seu próprio *Doppelgänger*. E para Levi (1985/2016) esse ser também é responsável pela escrita. Portanto, é provável que sentidos não conscientemente expostos por quem escreve sejam percebidos por quem lê. Ademais, se

todos esses componentes estão presentes na escrita, não seria incongruente concluir que eles também o estão no ato da leitura, expandindo ainda mais os sentidos de um texto.

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) nos apresenta esse cenário, deixando evidente que a pandemia foi o palco onde cortinas se abriram e histórias do passado (ou mesmo do presente) foram representadas. Sem nenhuma pretensão ou arrogância, é possível afirmar que do livro surge, como oposto ao isolamento, uma inserção. A publicação tem a potência de fazer um giro em realidades em que o isolamento é ainda uma forma de estar no mundo. Sem exagerar no otimismo diante da leitura, é fundamental considerar também o que nos comunica Levi (1985/016) quando ele pondera que a escrita pode funcionar apenas como uma forma de se livrar de uma angústia, transformando esse ato, como o próprio autor descreve, num divã freudiano, contagiando, dessa forma, também as/os leitores/.

Capítulo 2 - Escrita, Trauma, Elaboração e Ação Política

2.1) Algumas considerações sobre o trauma

O conceito de trauma está intimamente ligado aos primórdios da psicanálise. Ele desempenhou um importante papel na etiologia das neuroses, estando então relacionado às causas do surgimento dos sintomas neuróticos. Breuer desenvolveu o método catártico e com ele a investigação a respeito do evento traumático que teria originado os sintomas manifestados na pessoa doente em questão. À época, Breuer e Freud defendiam que o surgimento do trauma estava relacionado à maneira como alguém reagia a uma determinada situação e não ao evento em si. Cada ideia estaria associada a um afeto que deveria ser descarregado para que fosse formada uma representação. Caso esse afeto não fosse descarregado, ele permaneceria vinculado à lembrança do fato, dando origem aos sintomas histéricos. O tratamento desenvolvido por Breuer e Freud era o método catártico, que consistia em fazer com que a pessoa acessasse aquela lembrança e descarregasse o afeto a ela ligado por meio do que eles chamaram de *ab-reação*, ligando assim afeto e palavra.

Percebe-se assim que a linguagem está associada à teoria psicanalítica desde o surgimento desta última. Essa era a compreensão de trauma para Breuer e Freud (1892) na *Comunicação Preliminar*.

Como se sabe, posteriormente Freud abandona o conteúdo da *Comunicação* para dar início aos fundamentos da psicanálise. O método catártico, a teoria dos estados hipnóides (que segundo Breuer impedia a ab-reação adequada às situações que se tornariam traumáticas) e a compreensão de que a histeria era provocada por reminiscências são ideias rejeitadas por Freud e que darão lugar aos estudos sobre a sexualidade e a repressão (Mezan, 2011). É a partir daí que Freud afasta-se das ideias de Breuer e começa a desenvolver a teoria da sedução e o conceito de *só depois*. Para explicar esse conceito, Freud (1895/2025) recorre ao caso Emma.

Emma foi uma paciente de Freud que apresentava uma fobia relacionada a entrar sozinha em lojas. Em uma das sessões, ela contou que aos 12 anos de idade entrou numa loja e viu dois vendedores rindo, segundo ela, de sua roupa. Conta ainda que sentiu certa atração por um deles. Numa investigação mais profunda, ela acabou se recordando de uma outra cena, na qual tinha ainda oito anos. Nesta cena anterior, Emma havia ido sozinha duas vezes a uma loja de doces e que teria sofrido um assédio sexual do dono na primeira vez. Recriminava-se, posteriormente, por haver retornado à loja. Ela mesma conta que elementos da segunda cena (o riso, entrar sozinha da loja e a roupa), quando tinha 12 anos de idade, a fizeram recordar da primeira, então com oito anos. Pelo fato de ser muito nova, Emma não tinha maturidade para criar uma representação do episódio de abuso que sofreu aos oito anos. Esse sentido só é possível em acontecimentos posteriores, ao atingir a puberdade (Freud, 1895/2025).

A segunda cena apresenta elementos que no inconsciente estão associados à cena original. Essa manifestação foi possível quando ela narrou e falou explicitamente sobre seu

sintoma. Diz Freud (1895/2025): “Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretanto, as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado.” (p. 48)

Ainda segundo o autor, o valor de trauma da primeira cena só aparece quando Emma passa pela experiência da segunda, momento em que é possível dar algum sentido ao que ocorreu aos oito anos de idade. O conceito de *só depois* ganha contornos durante a teoria da sedução, sendo o tempo um elemento indispensável para sua compreensão. De acordo com a teoria da sedução, uma criança que é seduzida por um adulto não pode reagir a essa investida sexual e, portanto, recalca aquela ideia. É apenas ao atingir a puberdade que o sentido sexual pode ser dado à cena inicial, através da experiência da cena dois vivenciada como uma repetição da primeira. O sentido traumático da primeira cena é dado de forma retroativa por meio dessa repetição. O autor afirma portanto que não é a cena em si, mas sim a sua lembrança, que terá uma função essencial na formação do trauma. É o excesso de excitação sem a devida descarga que dá origem a ele. As razões que levam a isso podem estar relacionadas a algum impedimento da descarga (um constrangimento, por exemplo, para que uma reação seja realizada) ou à ausência de recursos para a elaboração simbólica. Assim, com a teoria da sedução, o trauma acaba por ocupar um lugar fundamental na história da teoria psicanalítica.

Como é sabido, Freud abandona a teoria da sedução, compreendendo cada vez mais a importância das fantasias incestuosas nessas cenas durante a infância. Ademais, a descoberta da sexualidade infantil fez com que Freud desse menos destaque ao trauma como um acontecimento material (sem descartar a sua devida importância) e ressaltasse o papel da fantasia na formação dos sintomas. Com essa nova postura, Freud (1923/2010) passa também a diferenciar realidade psíquica de realidade material, afirmando a importância da primeira.

Nesse momento a postura de Freud quanto à origem dos sintomas situa-se simultaneamente tanto no mundo interior, vindo das fantasias inconscientes do sujeito, como no mundo exterior, em que vestígios de lembranças de acontecimentos reais fundem-se às fantasias (Laplanche e Pontalis, 1991).

O conceito de trauma atravessa toda a teoria freudiana, sendo a Primeira Guerra Mundial um importante marco em suas fundamentações. A pesquisa sobre o trauma agora é abordada por Freud a partir da observação de sintomas apresentados por ex-combatentes. O que caracteriza o que Freud (1917/2014) chamou de neurose traumática é a fixação da pessoa na vivência na qual se deu o trauma. Porém, o autor afirma que nem toda fixação é produzida a partir de uma neurose. Isso nos interessa muito aqui, já que em nossa análise dos textos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) não estamos analisando as/os autoras/es, tampouco investigando a presença de sintomas neuróticos. Trazer uma reflexão sobre o trauma nos auxilia a pensar nos mecanismos presentes nesse fenômeno e em como a escrita se entrelaça com os possíveis destinos percorridos por sujeitos que buscam dar sentido a suas experiências, que podem ser muitas vezes traumáticas, como a própria história nos revela.

A fixação no passado é para Freud (1917/2014) algo que pode paralisar a vida de alguém traumatizado, mantendo-a “numa duradoura ocupação psíquica com o passado” (p. 369), sem que necessariamente dela se origine uma neurose. Essa “ocupação psíquica” leva a um retorno constante a acontecimentos remotos. Os pesadelos são uma manifestação desse fenômeno e foram interpretados por ele como repetições de cenas traumáticas, dando aos sonhos uma nova perspectiva para além da realização de desejos inconscientes.

Foi no estudo sobre as neuroses traumáticas e de guerra que Freud se aprofundou nas questões relacionadas ao trauma e desenvolveu sua teoria sobre pulsão de morte e compulsão à repetição. Em *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920/2010) atualiza a metapsicologia considerando, além dos fatores topológico e dinâmico, também o econômico. Sendo a

repetição da cena traumática experienciada como algo desprazeroso, ela não se ajustava ao princípio de prazer (descarga de energia). Foi na observação da brincadeira do *for-da* que Freud (1920/2010) constatou que a repetição é uma maneira, ou ao menos uma tentativa, de elaborar o trauma.

O conceito de trauma passou por diversas transformações ao longo da teoria freudiana e não farei aqui uma genealogia de sua construção. O que mais nos interessa neste momento é pensar nas abordagens que podem costurar a relação entre a escrita, os relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) e as possíveis saídas para vivências quiçá não simbolizadas.

A ideia do *só depois*, resgatada por Lacan ao analisar o caso do *Homem dos Lobos* (Freud, 1918/2010), nos indica um caminho para a leitura dos relatos. A tradução do alemão *nachtäglich* para o francês *après coup* destaca o sentido traumático, e não apenas temporal, desse conceito. Libermann (2015) defende que a falta de uma teorização mais específica sobre esse conceito na teoria freudiana abre espaço para diferentes interpretações, deixando muitas vezes de considerar a dimensão traumática dessa ideia.

Ao retomar o conceito de *só depois*, Lacan (1953-1954/1998) associa-o à repressão e à simbolização, afirmando que há situações que permanecem impressas no inconsciente, como “cunhagens” que não possuem representação simbólica. O autor em sua releitura do *Homem dos Lobos* (Freud, 1918/2010) afirma que foi graças ao sonho do paciente de Freud, por volta dos 4 anos de idade, que foi possível uma primeira significação da cena, que até então possuía registro apenas no imaginário. Sendo esse sonho um sonho de angústia, ele vem acompanhado de uma ameaça de castração. É por isso que essa significação é recalçada, assumindo o valor de trauma. O sonho é a primeira integração simbólica da cena que ocorreu quando o paciente tinha entre 6 meses e 1 ano de idade. A título de esclarecimento, a cena vista e não simbolizada no momento refere-se ao ato sexual dos pais do paciente de Freud, numa posição “*a tergo*”, ou seja, uma posição de cópula característica dos mamíferos. Para

Lacan (1953-1954/2009) o “trauma intervém *só depois, nachträglich*” (p.251). É assim que o autor sinaliza a relação entre trauma, repressão e *só depois*.

Libermann (2015) destaca a dimensão traumática do *après coup* e afirma que há nesse processo uma formação de sentido onde antes havia uma “cunhagem”, uma impressão. Ele diz que na teoria psicanalítica, tradicionalmente, costuma-se dar ênfase à dimensão temporal (*après*), enquanto a traumática (*coup*, que traduzido para o português significa “golpe”) é negligenciada, gerando uma interpretação generalizada do termo. Para ele, o *après coup* refere-se especificamente a algo que é desprovido de sentido e passa a tê-lo a partir de uma nova cena, e não como uma mera interpretação do passado que, segundo ele, pode acontecer a partir de outros processos mentais. Ele diferencia-o ainda da compulsão à repetição, considerando que nesta não há uma mudança na posição subjetiva do sujeito: “O *après-coup* é um ressurgimento modificado, é a conjunção produtiva de um remanejamento psíquico com um momento traumático.” (p. 125).

Para os fins aos quais me proponho nesta dissertação, considero que pode haver uma dimensão traumática nos relatos considerados para esta escrita, não sendo possível afirmar com certeza que as narrativas de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) se deram a partir de cenas traumáticas. Porém, conforme o cenário social e histórico exposto nos capítulos anteriores, existe um teor traumático constituído socialmente a partir da não elaboração coletiva das discriminações contra pessoas LGBTQIA+ e das estigmatizações relacionadas ao hiv/aids estabelecidas nos anos 1980 e 90 e que ecoam ainda hoje.

Esses cenários históricos e sociais que possibilitaram no passado e possibilitam ainda hoje que violências, preconceitos e discriminações sejam reproduzidas contra esses grupos envolvem uma diversidade de fatores. Assim, quando me refiro a uma cena traumática, não me refiro a um evento isolado ou único. Ao contrário, compreendo que existem uma grande diversidade de fatos e fatores que ocorrem simultaneamente para que essas violências

aconteçam. É possível pensar por exemplo na forma como se constituem as relações familiares de pessoas LGTBQIA+, os discursos construídos a respeito do hiv/aids, a maneira como esses grupos são representados nas mídias e produções audiovisuais e as violências institucionais às quais estavam (e continuam ainda hoje) submetidas essas populações. Reis (2017), resgatando a teoria de trauma de Ferenczi, diz que no trauma o que ocorre é uma clivagem traumática resultante de uma ameaça de aniquilamento. Ao lembrarmos que o Estado brasileiro desenvolveu ações policiais de perseguição à população LGTBQIA+ nos anos 1970 e 80. Em algumas das mais conhecidas, como a Operação Cidade e a Operação Tarântula, os policiais faziam rondas noturnas em locais frequentados por pessoas LGTBQIA+ com o objetivo de persegui-las e prendê-las, muitas vezes cobrando propinas para soltá-las. Portanto, essa sensação de aniquilamento percebida por esses grupos não eram meras paranoias, mas representam a realidade de pertencer a esses grupos.

A fim de realizar uma aproximação mais contundente entre o trauma, os eventos culturais e históricos que atravessam a sociedade e o testemunho, recorro também aos escritos de Cathy Caruth, uma vez que, segundo Seligmann-Silva (2018), ela apresenta ideias centrais na discussão a respeito de memória, trauma e testemunho.

Caruth (1995) defende que, para termos uma melhor compreensão sobre o trauma, diferentes áreas de conhecimento devem ser convocadas. A psicanálise, a literatura, a história, a sociologia, a psiquiatria dialogam em suas pesquisas para se pensar a respeito do trauma. Em *Trauma: Explorations in Memory*, Caruth (1995) contou com a participação de pesquisadoras/es de diferentes disciplinas para pensar nos impactos do trauma não apenas nas subjetividades individuais, mas também nas construções históricas na literatura, no cinema e nos ativismos sociais e políticos. Concordando com o que já havia sido apresentado por Freud, a autora também fala da peculiaridade existente nas tentativas em se teorizar sobre o conceito, uma vez que ele não é definido a partir de um evento em si, que pode ou não

assumir um valor traumático a depender de cada sujeito. O trauma pode ou não ser instaurado dependendo justamente da maneira como o sujeito responde a uma determinada situação.

Resgatando ainda o momento em que Freud analisa os sonhos de angústia, principalmente em ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, Caruth (1995) sinaliza que a situação traumática se repete no sonho exatamente como na cena original, sem muitas distorções. Essa repetição sinaliza o que Lacan (1953-1954/2009) diz sobre o trauma, quando o sujeito não mais fala, “Não obstante, fica lá, em alguma parte, falado, se é que se pode dizer, por algo de que o sujeito não tem o controle. Será o núcleo do que chamaremos, em seguida, os seus sintomas” (p. 251-252). Ou ainda, nas palavras da autora, “Estar traumatizado é justamente estar possuído por uma imagem ou acontecimento.[Tradução nossa]”(p. 4-5), que além de se apresentar nos sonhos, aparece também como alucinações, pensamentos e *flashbacks*. O que ela pretende dizer com isso é que a pessoa traumatizada não consegue se apropriar de sua história ou, ademais, que a própria história transforma-se em um sintoma. Sendo ela um sintoma, a questão que se apresenta é a da veracidade dos fatos, tanto para quem oferece a escuta (em qualquer contexto que seja) como para quem vive a experiência do trauma.

Levando-se em consideração eventos traumáticos de escalas maiores (se é que é possível colocar um trauma em escala) como guerras, genocídios como o que vemos em tempo real acontecendo contra os palestinos na Faixa de Gaza e os analisados nesta dissertação (LGBTIfobia e a espetacularização do hiv/aids nos anos 1980 e 90), essa questão da veracidade apresenta-se como sendo de extrema relevância.

Para apropriar-se de sua própria história, primeiro é necessário que ela seja integrada na cadeia de pensamentos e, para que isso aconteça, o reconhecimento de sua veracidade é indispensável. Tal reconhecimento poderia se dar a partir da presença de testemunhas, porém Laub (1995), em sua pesquisa sobre o Holocausto, nos informa que muitas vezes o que se dá

é um “colapso de testemunhas”. Há um custo alto a ser pago nesse caso: o de ser testemunha de si mesmo. O questionamento apresentado pela pesquisadora é: Como ser testemunha de um evento traumático sendo, ao mesmo tempo, uma vítima dele? Aqui não pretendo retornar ao momento em que Freud “não acredita em sua neurótica” e investigar a veracidade do que cada analisante narra numa sessão de análise. Ele já realizou essa tarefa nos informando sobre a importância da realidade psíquica. Caruth (1995) reconhece a importância da verificação dessa veracidade, porém ela nos lembra do que Freud sempre postulou em seus escritos: o impacto do evento traumático está justamente no só depois, nesse intervalo entre a(s) cena(s) e a inserção na cadeia de significantes. A relevância do reconhecimento é no sentido de conseguir inserir na cadeia de significantes as cenas, as memórias e as ideias associadas ao trauma. Além do reconhecimento pelo próprio sujeito, um reconhecimento público, feito coletivamente, é indispensável para o processo de elaboração. Veremos mais adiante que ferramentas nós temos à nossa disposição para conseguir alcançá-lo.

Alguns fatos históricos funcionaram como faísca para o desenvolvimento de pesquisas sobre o trauma. Freud retomou esse conceito após a Primeira Guerra Mundial, analisando soldados ex-combatentes traumatizados pelas violências da guerra. Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã deixou sequelas que também foram investigadas, levando à formulação do diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Porém o evento que inaugurou os estudos sobre o trauma associado à importância do testemunho para sua elaboração foi a Shoah⁴, também conhecida como Holocausto. Sem renunciar ao que Freud nos informa sobre a importância da realidade psíquica no tratamento analítico, ao nos referirmos aos graves acontecimentos que atingem grupos étnicos, raciais, de sexualidades e gêneros dissidentes, é crucial reconhecermos a veracidade dos eventos. Esse reconhecimento

⁴*Shoah* é um termo hebraico que tem um significado próximo ao de “devastação”. Apesar de Holocausto ser mais utilizado no Brasil, para os fins desta dissertação utilizarei *Shoah*, pois para Felman (1990, como citado em Danziger, 2007, p. 58) há uma intraduzibilidade neste termo que pode ser expandida para a intraduzibilidade do próprio evento. A intraduzibilidade de *Shoah* sinaliza justamente aquilo do qual a língua não pode testemunhar sem desintegrar-se.

é essencial não apenas para que haja uma elaboração subjetiva, mas é parte integrante da história da humanidade e funciona como uma denúncia contra as violências reproduzidas e muitas vezes silenciadas.

Existem diversas formas de reivindicar esse reconhecimento. A indústria cinematográfica, por exemplo, desenvolve uma importante função nesse processo. Filmes como *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann, e *A Lista de Schindler* (1993), de Steven Spielberg, desencadearam o que Seligmann (2018) chamou de “ondas de memória”. Juntamente com o Tribunal de Nuremberg e o Eichmann em Jerusalém diversos sobreviventes dos campos de extermínio⁵ nazistas passaram a relatar suas memórias levando à criação de coleções de arquivos de vídeo-testemunhos (Seligmann, 2018).

É incomensurável a importância desses relatos para quem sobreviveu aos campos de extermínio. Kinsler (1990) como citada Caruth (1995) apresenta a experiência de uma criança sobrevivente que apresentava flashbacks de trens e não sabia de onde vinham essas imagens, chegando a pensar que estava “enlouquecendo”. De acordo a autora, quando a ela passou a participar de grupos em que diversas pessoas narravam suas histórias nesses campos, escutou de alguém que no campo de *Theresienstadt* (onde ela era mantida aprisionada) era possível ver os trens chegando por entre as grades do local em que eram ficavam presas as crianças. É neste momento, só depois, que há a possibilidade de dar sentido a uma experiência até então não simbolizada e que, por isso, compreendida como uma alucinação.

Esse é apenas um exemplo para pensarmos nos efeitos dos discursos sobre os sujeitos. Os relatos não possuem efeitos apenas em quem os faz, mas também em quem os acessa. As teorias aqui apresentadas nos auxiliam a refletir sobre os possíveis efeitos que o livro

⁵Utilizarei a expressão campos de *exterminio* (ao invés de campos de *concentração*) em referência à forma como Primo Levi narra suas experiências nesses campos durante a Segunda Guerra Mundial. Para ele, a palavra *exterminio* refere-se não apenas aos assassinatos dos judeus, cometidos pelos nazistas alemães, mas também para dizer sobre as privações (de suas casas, de seus entes queridos, de suas rotinas, de suas roupas etc) às quais foram submetidas as pessoas perseguidas pelo exército alemão. Ele opta por utilizar essa palavra para melhor representar o esvaziamento de humanidade ao qual as pessoas aprisionadas foram submetidas.

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) apresenta não apenas para quem participou de sua elaboração, mas também para todas aquelas pessoas que tiveram acesso a ele.

Os movimentos sociais, a arte, a literatura, a psicanálise bem como outros saberes e matérias abriram portas para que pudéssemos falar a respeito de violências e discriminações que foram durante muitos anos naturalizadas. Palavras como homofobia, lesbofobia, transfobia e sorofobia passaram a fazer parte do vocabulário da sociedade e identificaram as existências dessas violências ao nomeá-las. Para se ter uma ação contra algo, é necessário em primeiro lugar afirmar a sua existência, não seguindo o caminho da negação (como pudemos ver com os negacionistas durante a pandemia da COVID-19).

De certa forma, podemos afirmar que há um só depois também quando pensamos num coletivo, em sociedades. A compreensão de que o único destino possível para pessoas LGBTQIA+ e para aquelas que vivem com hiv é o isolamento ou a morte demorou para ser desconstruída e ampliada. Nomear e dar sentido a essas experiências só foi possível também porque a arte e a escrita permitem a formação de laços, cavando espaços nos muros desses isolamentos.

A partir também do só depois teorizado por Freud, podemos pensar que a pandemia da COVID-19 se apresentou como uma segunda cena em que um sentido pôde ser dado às cenas anteriores. Os significantes “isolamento social”, “máscaras”, “pandemia” e “vírus”, dentre tantos outros, repetidamente pronunciados por autoridades médicas, veículos de comunicação e pela população em geral aparecem nos relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) para significar outros momentos da história. O convite para a escrita abriu essa brecha, deu flexibilidade para que os sentidos deslizassem na cadeia de significantes e inaugurou um novo significado para esse passado talvez ainda não elaborado.

2.2) *Zeugnis, testimonio* e a Clínica do Testemunho

Pretendo aqui discutir como um tipo específico de escrita, o testemunho, pode ser uma importante ferramenta de elaboração, de denúncia, de ação política e de resgate de uma memória. As discussões giram em torno principalmente de grandes acontecimentos que fizeram vítimas e deixaram marcas que muitas vezes foram recalçadas, mas que, graças a algumas iniciativas, tiveram suas memórias resgatadas e seus significados simbolizados.

A afirmação “Estar no tempo ‘pós-catástrofe’ significa habitar essas catástrofes” feita por Seligmann-Silva (2018, p.63) para se referir aos períodos de pós-guerra do século XX pode muito bem ser pensada para descrever o período pós-pandêmico em que nos encontramos hoje, em 2025. Essa catástrofe de escala global aprofundou ainda mais as violências e desigualdades sociais invisibilizadas, atualizando antigos traumas de populações historicamente marginalizadas, como é o caso da população LGBTQIA+. A intensificação dessas violências colocou esse cenário em evidência, tornando cada vez mais difícil para a sociedade fechar os olhos diante da realidade desses grupos.

Não sabemos ainda ao certo quais foram as sequelas a longo prazo dessa catástrofe que nos atingiu numa escala global. Pesquisas quanto aos efeitos e danos vão desde investigações com crianças e adolescentes privados de experiências de socialização (Camargo & Fernandes, 2023; Santos, Neves, Cabral, Campbell, Carnevale, 2022; Silva, Fernandes e Carrano, 2024) até as consequências do aumento do uso indiscriminado de medicamentos que se acentuou durante a pandemia da COVID-19 (Cunha, Barbalho, da Silva, Araujo, Lobo, Ribeiro, Lopes, Catarino, Gomes, Branco; 2025). Com isso quero dizer que são consequências que nos atingem em diferentes esferas da vida, desde a saúde mental até aspectos econômicos, sociais e estruturais.

Caracterizar essa realidade como pós-pandêmica não significa dizer que conseguimos elaborar todos os fatos (mortes, isolamentos sociais, precarização, aumento das violências e

desigualdades, sobrecarga de trabalho, etc) que invadiram o mundo entre 2020 e 2021. As pesquisas realizadas com o objetivo de compreender esses danos são apenas uma das maneiras de lidar com o desamparo diante da pandemia da COVID-19, mas ainda precisaremos de tempo para lidar com todas essas questões.

Seligmann-Silva (2018) afirma que ao longo do século XX a sociedade foi marcada por eventos traumáticos e pós-catastróficos (por exemplo o massacre dos armênios, os períodos pós Primeira e Segunda Guerra, pós-revoluções de descolonização, etc). Ele diz que esse prefixo “pós” não representa algo que ficou no passado e que não lidamos mais. Ao contrário, ele configura um presente, algo que ainda estamos vivenciando. Para o autor, catástrofes e traumas coletivos sempre “penetram nosso presente” (p.64) e possuem representações nos jornais, na televisão, nas artes, no nosso cotidiano (nos sonhos, nas falas, nos gestos) e também na literatura.

O livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) pode ser pensado como uma das representações para a pandemia da COVID-19, uma vez que apresenta diferentes relatos de experiências e sentidos dados tanto ao período em si, como a momentos anteriores que ainda não tiveram as devidas elaborações. Apesar de ser uma experiência compartilhada, os sentidos dados a ela são únicos e subjetivos. A partir da leitura de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) e de modo apenas ilustrativo, podemos pensar nas diversas formas com que as máscaras foram utilizadas e interpretadas. Ao mesmo tempo em que nos protegeram contra a infecção do coronavírus, para a antropóloga Anahi Guedes de Mello (ativista surda e lésbica) elas representaram uma "nova angústia" (Navarro, 2020, p. 62), pois além de servirem como barreira para quem se comunica em libras (Língua Brasileira de Sinais), abafam o som e dificultam a escuta de pessoas que possuem perda parcial da audição. Já para Sofia Favero, foram as máscaras que serviram de proteção contra as transfobias que violentam corpos trans, uma vez que ela nunca foi “tão tratada no feminino” (p. 27). Júlia

Marques Preto diz que as máscaras esconderam e sufocaram aquelas pessoas que se fecham (e se protegem) dentro dos armários da sociedade cisheteronormativa. Houve até mesmo quem usasse a máscara como objeto de fetiche em práticas sexuais presenciais ou online, como nos conta Bonfante em um dos capítulos do livro (Navarro, 2020).

Os sentidos trazidos nos relatos também atravessam experiências anteriores a 2020, remetendo a histórias traumáticas de LGBTIfobias, sorofobias, racismos, capacitismos e outras formas de discriminação. Seligmann-Silva (2018) discute como a realidade psíquica invade a realidade material diante de situações traumáticas. Freud (1917/2014) associa a realidade psíquica à fantasia, aos desejos e ao inconsciente, diferenciando-a da realidade material ou objetiva. Essa distinção é de extrema importância para a teoria psicanalítica, uma vez que a realidade material, aquela em que se dão os fatos, não ocupa um lugar superior em uma hierarquia de relevância dentro do tratamento analítico. Aquilo que se passa na realidade psíquica do sujeito deve ser levado em consideração tanto quanto (ou até mais do que) os fatos da realidade. A realidade psíquica pode servir de refúgio para quem não encontra na vida material satisfações para seus desejos e pulsões, ou mesmo quando os fatos da realidade são demasiado desagradáveis (Freud, 1910/2013).

Essa invasão referida por Seligmann-Silva (2018) foi abordada por Freud (1917/2014) na descrição de dois casos clínicos de neurose obsessiva, em que suas pacientes, mergulhadas em suas fantasias, performaram de forma ritualística e repetitiva cenas traumáticas não elaboradas, cujos sentidos só foram produzidos após tratamento psicanalítico. Além das sessões de análise, Freud (1910/2013) ainda descreve uma outra via de se reconectar com a realidade: a arte. Ela “pode converter suas fantasias em obras de arte, em vez de sintomas, assim escapando ao destino da neurose e reconquistando, por essa via indireta, o vínculo com a realidade” (p. 279). A obra cria um laço entre a/o artista e a/o leitor/a ou admirador/a. Em *O Poeta e o Fantasiar*, Freud (1908/2015) conta do prazer gerado em leitoras/es ao se

depararem com as fantasias de poetas a partir de suas criações. Esse prazer está relacionado à grande liberação de tensões que ocorre na psique graças à forma estética como as/os poetas manifestam suas fantasias. Há ao mesmo tempo uma identificação e certa realização dessas fantasias, possibilitada pela estética da obra que derruba a censura e propicia essa satisfação. Fazendo um paralelo com a literatura, ou mesmo ampliando para a escrita de uma maneira geral, é possível pensar que essa conexão com a realidade também ocorre a partir dessa outra forma de expressão. Isso porque a escrita também possibilita que um laço social seja estabelecido, mesmo em condições adversas como foi o caso da pandemia da COVID-19.

Voltando à discussão trazida por Seligmann-Silva (2018) a respeito de realidade psíquica e realidade material, o autor contextualiza o trauma a partir das vivências de sobreviventes dos campos de extermínio nazistas. Referindo-se à pesquisa de Bergmann (1996) sobre as consequências psíquicas dos sobreviventes da Shoah, Bohleber (2000) como citado em Seligmann-Silva (2018) realizou uma síntese de seus resultados. Uma das consequências encontradas é justamente a dificuldade em diferenciar essas duas realidades (psíquica e material). Para o pesquisador, os sobreviventes apresentam impasses para operar essa distinção e a fantasia acaba invadindo a realidade, gerando uma barreira na representação da cena traumática. Nessa pesquisa, os participantes narraram memórias relacionadas à realidade dos campos de extermínio por meio de entrevistas gravadas em vídeo. O que foi observado é que havia uma incapacidade para verbalizar os fatos, além de uma cisão do Eu, constatada quando os sobreviventes falavam sobre si na terceira pessoa. Outra consequência, já conhecida a partir dos estudos em psicanálise, é uma mudança na relação do sujeito com o tempo. Há um retorno ao momento do trauma, segundo essas análises. Walter Benjamin (1985/2012) ao escrever sobre a Revolução de 1830 quando, em diferentes locais de Paris, ao final do primeiro dia de embates, diversos tiros foram disparados nos relógios monumentais, como uma maneira de demarcar aquele momento. A

repetição aparece aqui como esse retorno ao tempo do trauma, como uma tentativa de representar a cena traumática não elaborada.

Em *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), se considerarmos que a epidemia da aids foi um momento de trauma para uma parte da população, vemos que em alguns relatos há um retorno para aquela cena, como uma tentativa de elaborar uma narrativa para esse evento antes espetacularizado e hoje silenciado.

Em 2020, em meio à alteração de percepção do tempo, outro patógeno se tornou mais viral que o HIV e ocupou mais holofotes que o ânus gay na década de 1990. Talvez pela perspectiva da diminuição do estigma da soropositividade, o COVID-19 veio botar em xeque o desejo moralista de que o vírus do cu seja pior do que o do pulmão. (p. 42)

A espetacularização, assim como o silenciamento, impedem que exista uma memória coletiva social que viabilize a elaboração do trauma. O trecho retirado do livro nos mostra que, apesar do silenciamento, há ainda a sensação de um desejo de que viver com hiv seja letal da forma como o foi nos primeiros anos da epidemia. Assim, os relatos apresentam não somente uma tentativa pessoal de elaboração, mas também uma denúncia, uma ação política que compartilha uma realidade recalcada coletivamente.

O reconhecimento social de eventos traumáticos abre caminhos para a elaboração, auxiliando inclusive no restabelecimento da separação entre fantasia e realidade (Seligmann-Silva, 2017). Os textos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) apresentam um teor testemunhal tanto para a pandemia da COVID-19, no momento do isolamento social, como para violências e eventos anteriores, como a LGBTIfobia e a epidemia da aids nos anos 80 e 90.

Seligmann-Silva (2017) discute duas diferentes noções de testemunho. Uma delas é o *Zeugnis*, que se refere a uma literatura de testemunho iniciada no âmbito germânico como um

trabalho de memória a partir da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente da Shoah. A segunda concepção de testemunho discutida pelo autor, o *testimonio*, surge na América Espanhola a partir das ditaduras militares, das explorações econômicas, das exclusões e perseguições dos grupos marginalizados e minoritários (como populações indígenas, povos negros, mulheres e população LGBTQIA+). Em ambos, a tradução para o português é a de testemunho, porém, para o autor, dentro da teoria do testemunho há uma intraduzibilidade para os termos *Zeugnis* e *testimonio* porque ela correria o risco de esvaziar de sentido os eventos históricos correspondentes a cada um deles. Esse sentido está intrinsecamente relacionado às origens de cada um, sendo esta a maneira mais eficiente de diferenciar essas duas vertentes de testemunho. Farei uma breve exposição de ambas, a fim de utilizá-las para pensar nos textos que compõem a obra analisada nesta dissertação. Ademais, com o intuito de apresentar também o contexto em que se dá a pesquisa sobre o testemunho no Brasil, farei uma breve consideração sobre a Clínica do Testemunho, que é uma das etapas do programa de reparações da Comissão de Anistia e tem como objetivo “reparar e reintegrar à nossa história – tanto às histórias individuais, das vítimas, quanto à memória coletiva, da sociedade – as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes repressivos da ditadura civil-militar (1964-1985)” (Perrone & Moraes, 2015, p. 15).

2.2.1) Zeugnis: experiência de elaboração

Conforme dito anteriormente, *Zeugnis* é uma forma de testemunho que surgiu na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Foi a partir da pesquisa sobre a Shoah mais especificamente, compreendida como “trauma histórico” e não como um mero fato, que a pesquisa sobre o *Zeugnis* ganhou mais visibilidade. De acordo com Seligmann-Silva (2017), autor que utilizarei como referência para abordar a diferença entre *Zeugnis* e *testemunho*, o estudo sobre a Shoah acontece sob a ótica de diversas disciplinas (literatura, psicanálise e história, por exemplo) e foi impulsionado a partir de publicações de pesquisas estadunidenses

de autoras/es como Dori Laub, Shoshana Felman e Cathy Caruth (utilizada nesta dissertação nos apontamentos sobre o trauma).

Seligmann-Silva (2018) apresenta algumas características do Zeugnis com o intuito de diferenciá-lo do testemunho. A primeira delas é a respeito do evento testemunhado, no caso do Zeugnis, a Shoah. Num sentido mais amplo, este evento catastrófico tem representado um importante marco nas pesquisas sobre a teoria do testemunho, que privilegia sempre o ponto de vista das vítimas. Eventos como esse são difíceis de serem apreendidos pelo discurso e tampouco podem ser mensurados em termos quantitativos. Há algo de inapreensível na descrição de um acontecimento como a Shoah por conta da sua capacidade de deixar marcas não apenas nas vítimas diretas (sobreviventes), mas também em quem fez parte daquela mesma geração. Ou seja, há uma marca muitas vezes não cicatrizada nos grupos sociais que foram atravessados pelo evento. Por conta de sua complexidade, a historiografia sozinha não dá conta de apreender esse passado. Por isso essa disciplina aproximou-se da teoria literária, da psicanálise, da ética e de alguns outros saberes para, minimamente, dar conta de sua abordagem. Foi nessa aproximação que a pessoa que testemunha foi pensada sendo atravessada por aquilo que se compreende como trauma dentro da teoria psicanalítica. Como são os testemunhos das vítimas que são priorizados, esse relato será compreendido como a narrativa de um mártir, uma vez que a testemunha será também um/a sobrevivente que carrega consigo uma história traumática (Seligmann-Silva, 2018).

Quando pensamos em grandes catástrofes como a Shoah, é comum que a cena do relato se dê num tribunal e de forma oral, o que confere ao Zeugnis também a sua característica de fazer uma justiça histórica. Seligmann-Silva (2017) afirma ainda que esse momento pode ser considerado uma tentativa de perlaboração, no sentido que Freud (1914/2010) apresenta em *Recordar, Repetir e Elaborar*, em que há no processo de elaboração, uma superação de resistências. A literatura relacionada a esse tipo de testemunho

é vasta, mas destaco aqui *É Isto um Homem?*, de Primo Levi e uma de suas obras, , em que ele relata memórias de quando foi prisioneiro em Auschwitz.

O testemunho é uma tentativa de colocar numa cadeia de pensamento as memórias fragmentadas da cena traumática. Além disso, ele pode ser a ferramenta que viabiliza a identificação entre pessoas de uma comunidade que foi atravessada pela catástrofe. Os judeus formam uma identidade também a partir da Shoah e, nesse caso, a memória coletiva é importante porque é ela que possibilita esses processos de identificação. Portanto, o testemunho em si é pensado como parte de duas importantes funções: a da justiça histórica e a dos processos de elaboração psíquica.

Mesmo diante de julgamentos e do reconhecimento do genocídio nazista sobre judeus, era comum nos relatos de sobreviventes a frase “Quem não esteve ‘lá’ jamais vai poder entender” (Cytrynowicz, 2020, p. 129). Nos inúmeros relatos há essa característica em comum, a sensação de não conseguir apreender num discurso as experiências dos campos de extermínio. Há portanto sempre algo que não cessa de não se escrever, como Lacan já nos anunciou. Mesmo que o relato seja feito num tribunal de julgamento, essa memória tem um valor e sentido subjetivos, construídos individualmente, o que mostra sua importância para além da construção de uma identidade coletiva. Como já explicado antes, é no relato que o significado da cena traumática é construído.

A Shoah é compreendida como singular não pelo número de pessoas afetadas, como se essa fosse a única maneira possível de classificar uma catástrofe, mas pela sua dimensão incomensurável. Na pandemia da COVID-19 nós vimos que os números nos informam algo, porém existem aspectos muito mais subjetivos que são impossíveis de serem dimensionados e que, além disso, não podem ser apreendidos pelo discurso.

É importante destacar um último aspecto com relação a esta catástrofe. Houve quem não acreditasse que o genocídio nos campos de extermínios de fato aconteceram. O

movimento de ressurgimento nazista na Europa durante os anos 1980 passou a reproduzir o discurso de que os registros feitos em campos de extermínios não eram verdadeiros, implementando uma dúvida a respeito da veracidade da história (Cytrynowicz, 2020). Esta negação apresenta-se como um obstáculo tanto para as pessoas que tentam simbolizar esses acontecimentos, como para a construção da história da humanidade no geral. Sua afirmação como parte integrante de nossa história é crucial para que ela não se repita. E, mesmo assim, não há nenhuma garantia de que inúmeros outros genocídios aconteçam, como acompanhamos o que acontece na Palestina com imagens reais e quase instantâneas. Esta situação demanda uma análise profunda e cuidadosa e, por isso, não abordarei este tema nesta dissertação.

A negação de acontecimentos com essa magnitude não se restringe à Shoah. Durante a pandemia da COVID-19 nós nos deparamos com os chamados negacionistas, reiterados pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que dizia repetidas vezes que a COVID-19 era apenas uma *gripezinha*. É essa negação que dificulta que os processos subjetivos de elaboração e os coletivos de identificação e resgate da memória sejam realizados.

Quando abordamos as violências contra pessoas LGBTQIA+ e os cenários relacionados ao hiv/aids, percebemos que a negação das violências e invisibilizações a que ainda estão submetidas também apresenta-se como um entrave para que iniciativas que mudem estas realidades sejam realizadas. É somente a partir da afirmação do desamparo que ações podem ser tomadas, tanto no que se refere a elaborações psíquicas num nível mais subjetivo, como no que tange a medidas mais sociais que têm como grupos específicos de pessoas. A própria clínica proposta por Freud sempre teve a afirmação do desamparo como fundamento para o tratamento psicanalítico. É justamente atuando sobre as resistências que é

possível acessar materiais recalcados, não simbolizados e que, por isso, retornam muitas vezes como repetições e sintomas.

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) apresenta-se também como essa afirmação, como vemos no seguinte trecho de Suome Matheus Vilela de Lima, “boyceta, pansexual, branco, latino e macumbeiro; 26 anos. Assis, São Paulo”⁶ (p. 55).

A zona pandêmica é literalmente uma zona que deve ser combatida, mas, no nosso caso, e posso falar mais sobre corpos trans, isso ultrapassa a contenção do vírus covid-19 e o mundo contém a gente que é o vírus TRANS. O covid-19 é um espaço para leis anti-trans. Tá rolando até PL 2578/2020⁷ que ‘Determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil’. Política tal que pode “exterminar o contágio trans”, já as bichas intersexo, admito que nem sei em que pé que vira. Então, marginalizadas, como eu e tantas outras pessoas, estaremos à míngua a depender do sistema, como sempre estivemos. Sempre seguimos isolados, com políticas, por meio do asco, por meio da violência, por meio do embate. (...) Acredito que marginalizadas continuamos, continuamos, vivendo a quarentena, o estado de quarentena, uma zona quarentena, como sempre. (p.58-59).

Esse trecho nos remete diretamente ao texto *A Epidemia Transexual: Histeria na Era da Ciência e da Globalização* (Jorge e Travassos, 2017), no qual os autores compreendem as questões ligadas ao gênero, em especial à transexualidade, como uma epidemia trans. Esse texto localiza as questões trans associadas a uma manifestação contemporânea da histeria, considerando a possibilidade da existência de um possível contágio resultante de uma sugestibilidade, no sentido trazido por Freud, como um fenômeno universal. Ou seja, as pessoas estariam submetidas a um discurso tal que contagia e influencia os sujeitos a se

⁶ As/os autoras/es dos relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) serão identificados aqui conforme a descrição que escreveram no livro.

⁷ “Projeto de lei apresentado em maio por um deputado federal bolsonarista (nota do editor)”

identificarem como sujeitos trans. Essa postura coaduna com a patologização de sujeitos trans e reforça os discursos estigmatizantes aos quais essa população está historicamente submetida. A própria ANTRA (2019) posicionou-se contrária a essas ideias ao publicar uma nota de repúdio quando o livro *Transexualidade: O corpo Entre o Sujeito e a Ciência*, dos mesmos autores, foi indicado como finalista ao prêmio Jabuti em 2019 na categoria Ciências. Em tal nota, a associação argumenta que o texto retira a autonomia de pessoas trans de falarem e decidirem sobre si. Suome nos leva diretamente a essa discussão ao falar sobre um “vírus TRANS”, compreendido como uma pandemia a ser combatida, inclusive com projetos de lei como o citado por ele em seu texto.

O autor deste trecho afirma explicitamente sua condição de pessoa trans marginalizada e isolada, mesmo antes da pandemia. É esta afirmação de desamparo que abre possibilidades de debates inclusive em espaços como os da academia. Safatle (2015) apresenta uma interessante discussão a respeito da afirmação do desamparo como ferramenta política. Ele diz que a sua afirmação, ao invés da construção de fantasias para negá-lo, pode construir laços sociais que não sejam baseados no que ele chamou de medo social. Segundo o autor, “*Toda ação política é inicialmente uma ação de desabamento e só pessoas desamparadas são capazes de agir politicamente. (...) sujeitos políticos só se constituem a partir da internalização de tais desabamentos.*” (p. 67). Esse pensamento de Safatle vai também ao encontro do conceito de *testimonio*, pensado como uma forma de testemunho que se aproxima muito de uma ação política, descrita no próximo subitem deste capítulo.

2.2.2) Testimonio: uma ação política

Depois de discorrer sobre algumas características relacionadas ao Zeugnis, apresentarei, baseando-me em Seligmann-Silva (2018), atributos que caracterizam o *testimonio*. Em primeiro lugar as localizações histórica e geográfica do surgimento desse conceito se diferenciam totalmente do Zeugnis. *Testimonio* surge na América Espanhola a

partir dos anos 1960 como um gênero literário propriamente dito, a “*literatura de testimonio*” (p. 87) e com um teor político muito maior. A política aqui não está segregada da literatura.

O testimonio surgiu num contexto específico muito ligado às resistências contra regimes ditatoriais na América Latina e Caribe. A revista Casa de Las Américas, criada em Cuba no ano da revolução (1959), tinha como objetivo estabelecer uma comunicação entre os países da América Latina e Caribe, como uma forma de escrever a história a partir de outros pontos de vista que não os de países imperialistas e colonizadores. A união entre literatura e política nos textos funcionam como uma forma de denúncia das desigualdades sociais, das lutas de classes e das opressões contra populações historicamente marginalizadas. A definição de literatura de testimonio propriamente dita diferencia-se do teor testemunhal presente em outros gêneros da literatura. Para uma delimitação mais específica, o autor traz algumas características que auxiliam a identificar esse gênero literário e o diferenciar de outras categorias de escrita.

Iniciando pela reflexão do evento em si, Seligmann-Silva (2018) apresenta-o como um registro da história feito a partir de um outro ponto de vista, o do oprimido. Essa pessoa que testemunha é pensada como alguém que traz uma versão dos fatos, muito mais num sentido de denúncia e necessidade de se fazer justiça do que, como no Zeugnis, uma possibilidade de elaboração de um trauma provocado por uma catástrofe. A ideia de apresentar outro ponto de vista, dessa voz que conta a história a partir de outra perspectiva, vem da noção de subalternidade desenvolvida por Spivak⁸ (1942/2010) a partir de sua interpretação de Gramsci (Seligmann-Silva, 2018). A subjetividade, portanto, muito presente nos relatos do Zeugnis, não caracteriza tanto o *testimonio*. Esse último está muito mais próximo a uma tentativa de fidelidade aos fatos, como um documento histórico, do que da literatura do trauma. A oralidade também é típica do testimonio, já que a pessoa que

⁸ Para um aprofundamento a respeito da ideia de subalternidade, consultar Spivak (1942/2010) “Pode o subalterno falar?”

testemunha muitas vezes não teve acesso à educação formal, justamente por estar às margens da sociedade. Haverá nesses casos alguém que entrevistará a pessoa que fará a narrativa. Não irei me deter a esses detalhes, uma vez que os relatos utilizados nesta dissertação não são provenientes de entrevistas orais, mas sim de registros escritos pelos/as próprios/as autores/as que, respondendo a uma convocação feita pela internet, tiveram eles/as próprios/as a iniciativa de escrever livremente sobre suas vivências a partir de uma experiência compartilhada: a de habitarem corpos dissidentes. Segundo Randall (1992/2002) a pessoa que escreve (ou narra) o testimonio deve estar consciente de que é uma espécie de porta-voz das massas. A autora diz que, por mais que a história seja multidimensional, complexa e muito difícil de ser resumida a apenas uma narrativa, é possível que uma pessoa seja a representante de um povo, de um grupo.

O testimonio relaciona-se muito com o que Spivak (1942/2010) desenvolve a respeito de subalternidade. Gayatri Spivak é uma crítica literária nascida em Calcutá, Índia, que circula por algumas áreas de conhecimento, em especial na teoria pós-estruturalista, no feminismo contemporâneo e no pós-colonialismo. Ela apresenta uma reflexão de como determinadas narrativas foram convencionadas como hegemônicas e normativas, demonstrando de que forma autores como Foucault e Deleuze constroem representações em que o sujeito do Terceiro Mundo continua sendo construído como o Outro⁹ subalterno do sujeito ocidental. Apesar de Spivak (1942/2010) trazer uma definição muito específica para o grupo dos subalternos, como aqueles que ocupam “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 12), é possível pensar nos grupos marginalizados e oprimidos no contexto social brasileiro e, no caso desta dissertação, nas pessoas que se reconhecem como LGBTQIA+ e naquelas que

⁹ “Outro” aqui não refere-se à noção de simbólico desenvolvida por Lacan, mas sim como um subalternizado pelo sujeito ocidental.

vivem com hiv. A pergunta formulada por Spivak (1942/2010) em *Pode o Subalterno Falar?* não é simplesmente a de questionar se grupos subalternos possuem voz, mas sim pensar na fala como um processo que envolve alguém que fala e um outro que escuta. Sendo assim, ela conclui que o subalterno não pode falar, uma vez que não há a possibilidade dessa voz ser escutada em determinados espaços.

Para Beverly (1992/2002) o *testimonio* é uma espécie de aliança democratizadora construída entre aqueles que escrevem (ou transcrevem) o testemunho com aqueles que narram suas vidas a partir desse lugar de exclusão. Ele seria como uma metonímia entre a história de quem narra e a história do grupo, sempre tendo em mente que a pessoa que narra não é exatamente um subalterno no sentido trazido por Spivak (1942/2010), mas sim um tipo de pesquisador(a) inserido num contexto subalternizado, mas que consegue falar para e contra a hegemonia.

Trazer essa explicação e diferença entre Zeugnis e *testimonio* é importante para pensar de forma mais aprofundada a publicação *Histórias da Quarentena* (Navarro, 2020). Como já exposto em capítulos anteriores, este é um livro que reúne 72 relatos de pessoas que estavam vivenciando a pandemia da COVID-19 em 2020. Tais relatos não respondem a perguntas de pesquisadoras(es) sobre os impactos da pandemia em suas vidas e por isso dialoga com o *testimonio*, não porque pode ser classificado como o gênero literário em si, mas porque o livro nasce da ideia de inverter uma lógica acadêmica. De acordo com o prefácio:

Não é a academia, a universidade ou a equipe de pesquisa quem pergunta sobre o impacto do confinamento físico para a diversidade das identidades e expressões, mas é a universidade que propõe que a pergunta seja feita pelas próprias pessoas e que elas encontrem formas de refletir, escrever, dizer, ouvir e relatar. (p.10)

Classificar esses relatos dentro de uma teoria seria uma atitude leviana, uma vez que cada um deles aponta para um caminho distinto. Se fosse essa a intenção, cada um dos 72 relatos teria de ser analisado e classificado separadamente, uma vez que são escritas independentes entre si, tendo como ponto em comum os atravessamentos das experiências das diversidades de seus corpos. O objetivo aqui é utilizar essas teorias para pensar de que forma esses textos chegam até quem os lê, se é possível encontrar nesses relatos alguma forma de elaboração de traumas e de ações políticas, se há denúncia de um passado violento ou traumático mal dito ou mal elaborado, não reconhecido pela sociedade.

2.2.3) A Clínica do Testemunho

Há um projeto denominado Clínicas do Testemunho que foi fundado considerando as vítimas de tortura, sequestro, violência e desaparecimento durante a Ditadura Militar e a necessidade de uma reparação psíquica e histórica. Esse projeto é um convênio do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia que funciona em quatro estados brasileiros (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco) e tem como objetivo oferecer escuta às pessoas afetadas por essas violências perpetradas pelo estado durante esse período. Essa é uma clínica que considera que o reconhecimento público das violências reproduzidas pelo estado durante a Ditadura Militar é essencial para uma reparação psíquica e para a construção de uma memória histórica, essencial para evitar que eventos violentos do passado aconteçam novamente no presente, mesmo com novas roupagens. Este é um projeto que compreende desde uma esfera mais individual, em que há a possibilidade de uma reparação psíquica, até uma mais social, em que há a recuperação de um tempo histórico (Conte, 2014).

O livro *Clínica do Testemunho: Reparação Psíquica e Construção de Memórias* (Tedesco & Menezes, 2015) apresenta narrativas sobre encontros (sessões de análise, conversas por telefone e até mesmo breves encontros em cafés) com as vítimas das perseguições da Ditadura Militar. Esse trabalho é ancorado na teoria psicanalítica,

especialmente em Freud, e na teoria do trauma, intensamente pesquisada por Cathy Caruth. Além desses/as, autores como Walter Benjamin, Jacques Lacan, Giorgio Agamben, Roger Luckhurst, Primo Levi e muitos/as outros/as também são utilizados na construção dessa clínica.

Conte (2015) resgata o conceito de testemunho trazido por Todorov (2002) para falar sobre o possível e o impossível da reparação psíquica do trauma.

[...] a pessoa convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto, um sentido a sua vida e construir assim uma identidade. Cada pessoa é testemunha de sua própria existência, cuja imagem ela constrói omitindo certos acontecimentos, retendo outros, deformando ou acomodando outros ainda. (p.151)

Para a autora o testemunho apresenta-se com intervalos entre o dito e o não dito. Este último com falhas, esquecimentos, enigmas que necessitam de decifração, que acontecerá apenas se houver uma escuta. Essa escuta acontece a partir

É justamente essa escuta que abre a possibilidade de uma mudança de posição subjetiva, de uma elaboração psíquica. A palavra que dá algum sentido à experiência vivida como excesso, sem registro no simbólico, possibilita que haja uma tradução para o que não é simbolizado na cadeia de significantes.

Perrone e de Moraes (2015) apresentam algumas contribuições da psicanálise para o testemunho. A primeira delas refere-se à forma como essa a teoria psicanalítica possibilita uma “memória democrática” porque atua justamente entre o social e o subjetivo, abrindo possibilidades para a construção de laços sociais. Além disso, pelo fato de escutar o sujeito e não os seus sintomas, ela o compreende para além da posição de vítima, muitas vezes sendo esta última a escuta oferecida nos sistemas de justiça.

Ainda segundo as autoras, é nesta ação de testemunho que o sujeito tem a possibilidade de romper com o intraduzível do trauma, o que não significa esgotar o tema

tampouco trazer um relato fiel aos acontecimentos, como se espera diante de um tribunal (“dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade”), mas sim integrar em sua cadeia de significantes algo que percebe ser externo a si. Lembrando que aquilo que não é simbolizado e, portanto, não é apreendido pelo sujeito, retorna a ele como algo que dele se apropria, como se o sujeito fosse invadido por cenas, pensamentos e afetos sem ter o menor controle sobre eles, como Freud (1917/2014) nos informou a respeito dos pesadelos característicos das neuroses de guerra.

A escuta psicanalítica, com a sua ética, possibilita a singularidade da experiência dos sujeitos. Mesmo que os eventos sejam compartilhados (torturas durante a Ditadura Militar, a Shoah, LGBTQIA+fobia, estigmatizações e isolamentos de pessoas com hiv) a experiência de cada sujeito diante das violências será sempre singular, assim como o seu sentido. Essa é a aposta da psicanálise diante da Clínica do Testemunho.

Há uma contribuição significativa desta clínica diante não apenas dos processos intrapsíquicos que os sujeitos atravessam, mas também da memória coletiva e do reconhecimento social das violências de Estado reproduzidas durante a Ditadura Militar.

Segundo Conte (2015)

Assim como há trabalho no processo de tornar-se psíquico, entendemos que falar/testemunhar supõe um trabalho intrapsíquico de reparação que torna possível narrar para outro, inaugurando a transposição do individual para o coletivo, dimensão fundamental para que haja transmissão geracional e memória coletiva. (p. 90)

Os processos de identificação são assim possibilitados a partir dessa identificação.

Para a autora, é aí que reside a dimensão coletiva da Clínica do testemunho. Há uma abertura para que outras pessoas se reconheçam nesses relatos. Como se eles viabilizassem uma tradução, em outras pessoas, daquilo que ainda não possui representação. Forma-se assim um laço onde antes havia um hiato, um espaço vazio sem sentido.

Essa clínica nos auxilia a pensar em como os relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) também apresentam essa dimensão coletiva. É na possibilidade de me identificar com aqueles textos que consigo dar sentido a experiências remotas que podem ter permanecido isoladas da cadeia de pensamentos. Não entrevistei pessoas que leram o livro para realizar uma pesquisa a respeito de suas percepções. Essa conclusão se dá baseando-me na teoria apresentada neste capítulo e em meus próprios processos de identificação com o que os relatos trazem a respeito dos isolamentos, da pandemia, do armário como a “porra de uma matriosca” (p. 43), dos vírus e de suas ameaças.

Capítulo 3 - Testemunho pela escrita

3.1 Quem ocupa o lugar de analisante?

A possibilidade de se trabalhar um recalque não apenas para quem narra alguma violência, mas também para quem a lê, é defendida dentro do projeto Clínicas do Testemunho.

O tempo do testemunho é, portanto, um tempo-outro que supõe esse jogo de ouvir e falar que afeta a ambos: quem testemunha sua história e quem a escuta. Todos que se implicam neste processo de reparação são afetados e esta implicação se dá tanto no campo da recomposição individual, com a quebra do silenciamento do não dito, quanto no campo coletivo, com a recuperação da história em sua dimensão social. (Conte, 2015, p. 24)

É possível comparar a análise que acontece dentro de um consultório com a análise de um livro, ou dos textos propostos nesta dissertação. A começar pela transferência, ausente na análise de textos. Não é possível uma transferência entre analista e autor(a). Indo mais além, a análise não é de quem escreveu, mas do texto em si. Manifestações do inconsciente como atos falhos, chistes, lapsos, atrasos e faltas às sessões geralmente não aparecem na escrita como aparecem no *setting* analítico. Diferente das sessões de análise, o texto é

estático. Antes de sua publicação, ele pode passar por diversas revisões. Podem existir contribuições de outras pessoas na sua elaboração, um editor, por exemplo. É recorrente que o texto escrito pela primeira vez e aquele publicado sejam muito diferentes. São diversas as etapas que antecedem a publicação de um texto. Ele pode ser editado, recortado, reescrito. Porém, uma vez que chega até os olhos de quem o lê, ele não será mais modificado. O que não quer dizer que a sua leitura seja estática. Mesmo quando feita pela mesma pessoa, a cada vez que se retorna ao texto, novos elementos daquela escrita surgem para a pessoa que lê. Novos sentidos surgem das entrelinhas, lembrando que é aí que se dá a presença do inconsciente. Por vezes uma nova experiência, a leitura de outro texto, uma nova informação, mudam o sentido do texto. Suas modificações vêm do inconsciente de quem lê: “(...) é dentro de nós que ele transborda.” (Green, 1994, p.42).

Para Green (1994) o texto, apesar de ser incansavelmente reescrito, sempre carrega um rastro, um traço que abre em quem lê a possibilidade de compreensão e comunicação com o seu inconsciente. Segundo o autor, a ideia de analisar um texto a partir da teoria psicanalítica não é colocar o(a) autor(a) ou o texto no lugar de analisante. Para ele quem ocupa esse lugar é o próprio analista, uma vez que é o seu inconsciente que será afetado por aquelas palavras publicadas. Por isso, ao longo das leituras que fiz dos relatos, novos temas emergiram. Na impossibilidade de trazer todos os relatos e temas que compõem o livro e diante da comunicação que acontece entre meu inconsciente e as entrelinhas dos textos, optei por selecionar os relatos que mais fizeram sentido diante de minhas leituras, considerando também os vídeos compartilhados pelo organizador da publicação, Pablo Navarro, nos quais o pesquisador chama atenção para um tema específico, o da epidemia do hiv/aids como um assunto que aparece em diversos relatos.

Além da publicação do *e-book* com 72 relatos, Navarro (2021) organizou uma coletânea de 40 deles, sob o título de *Margens da pandemia. Queerentenas viadas, boycetas,*

sapatrans, faveladas, separados e categorizados em cinco sessões com oito reflexões autobiográficas cada: “vírus”, “paredes”, “máscaras”, “telas” e “peles”. Os oito relatos que fazem parte da sessão “vírus” foram os selecionados para esta dissertação por tratarem das infecções causadas pelo hiv e pelo coronavírus e de como foram vivenciados os atravessamentos dessas pessoas diante de uma epidemia e de uma pandemia pensadas paralelamente naquele momento.

Poderia ter me limitado a falar apenas das questões relacionadas ao hiv/aids, porém, como uma mulher lésbica e psicóloga, optei por acrescentar mais dois relatos que ecoam posicionamentos e vivências que merecem ser ecoadas dentro dos muros da universidade. Trazer para esta dissertação a voz de uma mulher lésbica e de uma psicóloga travesti demarca um posicionamento que dialoga com um dos objetivos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) e que é por mim também compartilhado, qual seja o de criar pontos de contato entre saberes que tradicionalmente não se comunicam. O primeiro dele é o de uma jovem lésbica que, por conta das circunstâncias da pandemia da COVID-19, volta a morar na cidade e casa de sua família, sem que essa saiba de sua orientação sexual. O segundo é o de uma psicóloga travesti que escreve sobre o seu isolamento social denunciando os discursos médicos que aprisionam determinados corpos e como faz um furo simbólico em seu isolamento social.

Uma vez que é o meu inconsciente que se comunica com o livro, há relatos que para mim foram mais impactantes do que outros. Há temas que surgiram a partir de minhas leituras e em nenhum momento tive a pretensão de esgotar o livro todo, nem todas as minhas impressões sobre ele.

A escrita se dá na ausência. É justamente ela, a ausência, que permite que o texto seja escrito. Um pouco parecido com o que acontece no processo de análise quando, na transferência, o(a) analista representará a figura da mãe, do pai ou qualquer pessoa que tenha

relevância na vida daquele sujeito analisante. Essa é a ausência do(a) analista que se faz presente no *setting* e que permite que a análise aconteça. No caso da escrita, pensando inclusive no que Duras (1993/2021) nos apresenta, a solidão pode representar essa ausência. É ela que abre espaço para que o texto seja produzido. Os diversos sentidos de isolamento apresentados nos relatos aqui discutidos são atravessados por essa solidão. Porém, ao se juntarem em uma assembleia, *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) faz um furo no isolamento, produz laço com as pessoas que o leem e, além disso, tem a potência de oferecer a elas novos significados não apenas para a pandemia da COVID-19, como também para outras situações e aspectos da vida que ainda carecem de elaborações.

Green (1994) fala ainda que o próprio texto possui um inconsciente. Segundo ele, “A existência desse inconsciente textual está presente nas articulações temáticas, nas cesuras do texto, nos silêncios brutais, nas rupturas de tom e sobretudo nas manchas, nas escórias, nos detalhes aparentemente pouco importantes e que só interessam aos psicanalistas.” (p.48). Por mais que não se trate aqui de textos em que autoras e autores possuem uma vasta produção literária, podemos deslocar esse pensamento de Green (1994) para a análise dos relatos escolhidos para essa dissertação.

3.2) Escrita, psicanálise e a possibilidade do laço social

Pensar sobre escrita abre um leque de possibilidades. Poderia iniciar essa seção falando sobre o endereçamento, o estilo, o objetivo, as formas, as dificuldades ou prazeres, enfim, não há limite para essa reflexão. Por isso vamos aos afunilamentos do texto. Pretendo aqui pensar na relação que a escrita possui com a psicanálise e, ainda mais, em como a escrita de relatos pessoais do livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) pode (ou não) servir de ferramenta de elaboração de situações e eventos não simbolizados (sendo ou não categorizados como traumas), de construção de laços sociais, de denúncia e de ação política.

No primeiro capítulo vimos como a escrita e a literatura possuem a potência de furar isolamentos. Escritoras/es como Caio Fernando Abreu, Herbert Daniel, Richard Parker e Susan Sontag já demonstraram como realidades podem ser alteradas a partir da publicação de textos. Pode parecer controverso dizer que a escrita fura isolamentos, já que a ideia de que a solidão é a única companheira desse ofício é bastante compartilhada. Sobre isso, Marguerite Duras¹⁰ (1993/2021), que afirmou que escrever “É o mais difícil de tudo” (p.36), pode nos auxiliar.

Em 1993, Duras publicou o texto *Escrever*. Nele, ela fala a respeito da casa em que sempre escreveu seus livros e também sobre a solidão inevitável da escrita, sendo esta, para ela, um pré-requisito. A pessoa que escreve necessita estar isolada das outras, o que nos leva diretamente ao momento em que os relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) foram elaborados. Conforme já exposto anteriormente, a publicação do livro aconteceu em 2020, ano em que o isolamento social foi implementado como medida de contenção do coronavírus. Poderíamos nos questionar se não era esse, portanto, um momento oportuno para essa escrita. E ele foi, de fato, já que temos em mãos materializados esses relatos.

O ponto importante de se discutir a respeito dessa solidão e isolamento é que a solidão da escrita é uma que não se encontra, mas se constrói. O isolamento do corpo transforma-se no isolamento próprio da escrita (Duras, 1993/2021). Talvez até nisso o movimento de escrever os relatos do livro tenha transformado o isolamento social numa forma de cenário apropriado para a escrita. Aqui o isolamento social pode ser pensado tanto no contexto da pandemia como em momentos remotos resgatados pelas/os autoras/es do livro. São as duas cenas que juntas ganham contornos e significados que só puderam aparecer a partir da solidão

¹⁰ Marguerite Duras (1914-1996) foi uma escritora e cineasta francesa que teve algumas de suas obras atravessadas por certa carga autobiográfica. O texto *Escrever*, abordado nesta dissertação, nos apresenta seu ponto de vista a respeito de seu próprio processo de escrita. Destaco aqui que essa visão não representa a totalidade de perspectivas sobre esse ofício, mas nos apresenta uma reflexão subjetiva sobre esse processo, atravessado muitas vezes por uma sensação de solidão.

construída por cada uma das pessoas que escreveu, no só depois do qual Freud e Lacan já nos contaram.

Duras (1993/2021) fala algo que é óbvio, mas eu não saberia dizer o quanto refletimos ou não sobre isso: “Essa ilusão que temos - e que é correta - de sermos a única pessoa que poderia ter escrito o que escrevemos, quer seja uma nulidade, quer seja maravilhoso” (p. 36). Essa obviedade pode ser pensada a partir do que se manifesta na escrita. Escrever é se abrir para o desconhecido de si. Assim como o é também uma análise. Não devemos confundir as coisas e compreender que a escrita é como uma análise. Não é. Porém há alguns elementos em comum. É através da transferência que o inconsciente manifesta-se numa análise. Na escrita, ele manifesta-se nas entrelinhas. No caso de uma análise, o/a analista é a pessoa que testemunha e faz uma marcação nessa manifestação. Já na escrita quem desempenha essa função é a/o leitor/a, que acaba fazendo-a para si, diante da impossibilidade de acessar o/a autor/a do texto.

Sabemos que não somos nós que acessamos o inconsciente, mas sim que é ele que nos acessa. Ele é esse desconhecido que nos pega de surpresa. E assim acontece também com a escrita. Insisto mais uma vez em Duras (1993/2021) quando ela diz que “Escrever é tentar saber o que escreveríamos se fôssemos escrever - só ficamos sabendo depois - antes, é a pergunta mais perigosa que podemos nos fazer.” (p. 64). É como se também fôssemos acessadas/os pela escrita, pensando que também nela manifesta-se o inconsciente. Lembrei-me também da crônica de Clarice Lispector, *Se Eu Fosse Eu*, tão resgatada nos circuitos psicanalíticos, e das indagações colocadas pela autora ao tentar responder a essa pergunta que, para ela, vem como uma ameaça pois “parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido.” (p. 63).

Acredito que ao escrever, essa é uma pergunta que de alguma maneira nos atravessa. As duas autoras compreendem essas ações (a escrita e o questionamento) como uma abertura

ao desconhecido. O que é o desconhecido senão os nossos desejos inconscientes? E também nossos traumas, memórias e ideias não acessadas e não simbolizadas? Se retomarmos o exemplo dado no capítulo anterior, da criança que não compreende as imagens de trens que apareciam como flashbacks, mas que ela não reconhecia, podemos associar o que as autoras nos trazem com o que estou abordando nessa dissertação: a escrita pode ser de fato uma abertura para o desconhecido, possibilitando também um elo, uma inserção de sentido a algo anteriormente não simbolizado.

Psicanálise e escrita estão associadas desde quando Freud escreveu seus primeiros textos, em especial *A Interpretação dos Sonhos*. Ao pensar no sonho como um *rébus*, o psicanalista propõe que ele precisa ser lido para que seja decifrado. Ele diz que os sonhos devem ser pensados não a partir de seu conteúdo manifesto (a maneira como ele aparece nos sonhos), mas a partir da investigação de seu conteúdo latente (que é propriamente o trabalho de análise). Há duas linguagens diferentes para o mesmo assunto. O sonho é o pictograma do pensamento onírico e o trabalho de análise é justamente o de traduzir essas imagens em leis sintáticas e caracteres (Freud, 1900/2010).

O conteúdo do sonho, por outro lado, é expresso, por assim dizer, numa escrita pictográfica cujos caracteres têm de ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos do sonho. Se tentássemos ler esses caracteres segundo o seu valor pictórico, e não de acordo com sua relação simbólica, seríamos claramente induzidos ao erro. (p.160)

Ele afirma que a interpretação pictórica não nos auxilia na significação, havendo sentido apenas quando as palavras são utilizadas para descrever e pensar nos sonhos. “As palavras assim compostas já não deixarão de fazer sentido, podendo formar uma frase poética de extrema beleza e significado” (p. 160). As figuras de linguagem postuladas por Lacan, metáfora e metonímia, já estavam presentes na teoria freudiana, porém sem essa

denominação. Freud (1900/2010), ao escrever sobre os sonhos, descreveu os mecanismos de condensação e deslocamento como característicos dessa manifestação do inconsciente. O conteúdo dos pensamentos oníricos é condensado na formação do conteúdo dos sonhos. Além disso o trabalho de interpretação dos sonhos evidencia uma condensação ainda maior, de forma que é impossível esgotar todos os sentidos produzidos a partir deles. Sobre o deslocamento, Freud (1900/2010) afirma que ele é parte essencial da formação dos sonhos ao deslocar a intensidade psíquica de um elemento, ideia ou representação, a outro. Anos mais tarde, Freud (1915) irá nomear esses processos psíquicos como processos primários do inconsciente, sendo os sonhos apenas uma das formas pelas quais o inconsciente se manifesta. A condensação e o deslocamento descritos pelo psicanalista serão futuramente nomeados, respectivamente, como metáfora e metonímia por Lacan (1957). Ao falar sobre “uma frase poética”, Freud (1900/2010) já estava se referindo à metáfora e à metonímia, assim denominados por Lacan (1957), presentes nas manifestações do inconsciente.

O psicanalista francês afirma que esse rébus a ser decifrado deve ser “lido ao pé da letra” (p. 513). Ele enfatiza aquilo que Freud já havia afirmado: que a significância dos sonhos só é construída a partir da leitura de seus significantes. Ou seja, a imagem pictórica em si só faz sentido se nos apropriarmos dela como se ela fosse uma escrita, um texto a ser “lido ao pé da letra”. Ao longo de sua teoria, Lacan afirmou que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. As figuras de linguagem citadas acima, metáfora e metonímia, Lacan afirma que não são restritas aos sonhos, mas que desempenham funções também no discurso. É a partir daí que Rinaldi (2007) afirma que a experiência da escrita não substitui a experiência de análise, para retomar a discussão anterior desta seção. Porém, a fala (recurso indispensável no tratamento analítico) já contém uma dimensão de escrita, uma vez que, assim como na interpretação dos sonhos, a escuta se dá a partir de uma leitura. Ou, nas

palavras de Rinaldi (2007), “é na medida em que o dizer se escreve que podemos supor a dimensão do saber inconsciente” (p. 275).

Além de pensar nessa relação do inconsciente e da escrita, podemos conduzir nossa discussão para o ato da escrita, a fim de nos aproximarmos mais do tema desta dissertação. Não é por ingenuidade que utilizei o significante “ato”, mas para me referir à escrita como algo além do relato de uma experiência. Costa e Rinaldi (2012) apostam na escrita também como uma experiência em si. Se escrever é se abrir para o desconhecido, se há manifestação do inconsciente na escrita e se o inconsciente é, ele próprio, estruturado como uma linguagem, só nos resta concordar com a afirmação de que a escrita é, além da transmissão da experiência, uma experiência em si.

É sabido que o inconsciente não sofre os desgastes do tempo. Kaufmann (1996) recorda Lacan a respeito do só depois elaborado por Freud, em que há uma “retroação de um significante sobre outro” (p. 519). Por meio da escrita, acontecimentos do passado são narrados a partir de fatos do presente, possibilitando o surgimento de novos sentidos e mudanças de posição subjetiva. As/os autoras/es encontraram em *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) um espaço para recordar e elaborar traumas e situações do passado que a cultura insiste em silenciar. A espetacularização da doença nos anos 80 foi substituída pelo pacto de silenciamento: o vírus (hiv) deve ser vivido apenas na intimidade dos corpos. As violências contra pessoas LGBTQIA+ são ainda reproduzidas tanto em espaços públicos como em espaços privados, sendo ainda muito silenciadas. Ao escreverem sobre um tempo anterior e o elaborarem a partir de um tempo presente, rompem com a mudez imposta pela cultura. Há o rompimento de vários isolamentos, com tensionamento de pactos sociais feitos para manter o *status quo*. Esse rompimento só foi possível porque a escrita permitiu que o laço social fosse estabelecido.

Andrade (2023) comenta como foi justamente a escrita que proporcionou, na China, a unificação dos povos. De acordo com o autor, apesar de ter sido imposta de forma autoritária pela dinastia Qin como a única escrita permitida, ela permaneceu como um dos pontos de identificação mais importantes para a população do país. É pensando na escrita chinesa que Lacan pensa na psicanálise a importância da escrita como formação de laço social.

O laço social aqui só acontece porque há a suposição de leitores. Há endereçamento nos relatos dos autores de *Histórias de Queerentena* (Navarro, 2020). Ricoeur (2010) fala sobre o mundo do leitor e o mundo do texto. Para ele, é a partir do encontro desses dois mundos que se dá o ato de criação e é apenas no encontro com o leitor que a obra é finalizada. O leitor é a condição para que seja possível a elaboração e a resignificação da narrativa. É esse encontro que permite a criação, portanto, de um laço social.

Voltando ao prefácio do livro, há uma intenção de criar um diálogo entre discursos que aparentemente não falam a mesma língua. Há ouvidos, mas não há escuta. Aqui, portanto, esse laço é feito quando os escritos chegam até a academia. Compreendo também que esta dissertação funciona como uma ferramenta que possibilita também que esse laço seja feito.

3.3) *Histórias da Queerentena*: entre a ação política e a experiência de elaboração

Reduzir os relatos de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) a uma única forma de testemunho seria diminuir seu potencial. Além disso, eles assumem diversos formatos como poesias, cartas, diários, textos e várias outras maneiras de expressar a escrita, sendo inviável uma única classificação. Tampouco o objetivo desta dissertação é fazer uma categorização. O que há, em realidade, é um teor testemunhal na publicação desse livro, pois ele carrega não apenas denúncias em seus relatos, como também elaborações e sentidos dados pelas/os autoras/es a respeito de suas vivências anteriores à pandemia. Conforme já dito, é

como se a pandemia fosse esse só depois, uma segunda cena, pensado a partir da teoria psicanalítica, que abre a possibilidade de simbolizar um passado não simbolizado e que por vezes é traumático. Esse segundo momento apresenta significantes que levam as/os autoras/es diretamente a essa primeira cena. Alguns dos que mais apareceram foram “isolamento”, “pandemia”, “vírus”, “máscara”, “falta de ar”, “sufocamento”. Escutamos todos eles exaustivas vezes durante a pandemia. No livro eles aparecem ressignificados e narram esse passado presentificado.

Vimos que o testimonio está intimamente ligado a ações políticas de denúncia e resistência que apareceram muito ao longo do século XX com as ditaduras militares nos países da América Latina e Caribe. E ele não se restringe a essas situações, sendo amplamente utilizado também para dar visibilidade às violências relacionadas à exclusão de grupos minoritários. Ao pensar na organização e no conteúdo de *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020), a noção de assembleia (Butler, 2016/2018), como o próprio coordenador do livro o caracteriza, nos ajuda a pensar nas funções assumidas por ele. Reconheço a importância da singularidade de cada relato, porém afirmo também o novo sentido que nasce da publicação de todos num só “espaço”. Uma “assembleia inesperada”, uma “ação coordenada”, vem da relação do laço criado pela publicação. Esses relatos foram escritos a partir de seus corpos, sendo essa uma forma de se presentificar. E, utilizando uma frase de Butler (2016/2018), eles tomam “sua condição precária como sua condição estimulante” (p. 15). É desse ponto de partida que encontramos relatos sobre o cotidiano que não deixou de acontecer durante a pandemia da COVID-19. Lemos sobre uma simples ida ao mercado, um término de relacionamento, um processo de transição de gênero, uma volta à casa da família, um romance *sapatão*, uma saudade, uma família que acolhe e outra que afasta... difícil trazer todos aqui. É por isso que apresentarei alguns trechos que revelam denúncias especificamente

dos temas apresentados no primeiro capítulo deste texto: as discriminações contra pessoas LGBTQIA+ e contra aquelas que vivem com hiv.

Pensar o livro como uma ação política sustenta-se a partir da aproximação que esses textos possuem com a teoria do testimonio. A leitura do prefácio já nos sinaliza a subversão da proposta “Porque coloca em questão quem é o outro, esse sujeito/objeto tão estranho a nós mesmos. Quem é o outro da pesquisa? O outro da escrita?” (Navarro, 2020, p.10). Essa pergunta dialoga com o que Spivak e a teoria do testimonio articulam a respeito da pergunta: quem é o outro? O texto *Pode o Subalterno falar?* questiona justamente essa construção do Outro que é feita a partir das narrativas ocidentais, que se consideram sempre o sujeito hegemônico, aquele que tem sua existência legitimada (Spivak, 1942/2010). O Outro (sempre o objeto do sujeito ocidental) jamais tem permissão para falar e/ou autorização para ser escutado.

Em *Histórias da Queerentena* a palavra circula. Seu ato político e subversivo está no fato de impor aos ouvidos historicamente vedados à escuta de marginalizados(as) que eles se desobstruam e sejam afetados pelas narrativas que trazem não somente as diversas realidades de isolamento da pandemia da COVID-19, mas também histórias, impressões, reminiscências, reflexões e elaborações de outros momentos. Poderíamos pensar que esses momentos ficaram no passado, mas como nos diz Seligmann-Silva (2018), nós ainda habitamos a catástrofe depois de seu fim.

O ato político do texto também está presente no fato de expor “vidas que não são enxergadas” (Navarro, 2020, p.11). Ao longo da leitura dos relatos, há diversos trechos que nos anunciam essa denúncia.

Butler (1990/2003) nos auxilia a pensar sobre isso com o conceito de inteligibilidade cultural. De acordo com essa ideia, um sujeito só é reconhecido como tal a partir de um gênero inteligível, ou seja, um gênero que é reconhecido socialmente. Dentro dessa lógica,

para ser inteligível, uma pessoa precisa estar necessariamente em conformidade com a ordem compulsória sexo-gênero-desejo, caso contrário, será um ser abjeto.

A pandemia ampliou a possibilidade de a sociedade enxergar violências como essas, historicamente invisibilizadas. Isso porque durante esse período as desigualdades sociais foram ainda mais enraizadas. A publicação desses relatos tensiona essa inteligibilidade, expondo as vidas e as violências tradicionalmente não enxergadas ou mesmo recalcadas. Além do livro, essa dissertação também tem a função de tensionar e servir como uma provocação e uma abertura para que temas recalcados sejam trabalhados. O compartilhamento das histórias e a possibilidade de um reconhecimento coletivo das violências operadas contra pessoas LGBTQIA+ e pessoas que vivem com hiv possibilitam que elaborações sejam realizadas. A partir desses relatos os sofrimentos individualizados e silenciados passam a ser experiências compartilhadas e legitimadas e a possibilidade de trabalhar o recalque não é apenas para quem as escreve, mas também para quem as lê.

Há também uma aproximação com o Zeugnis devido às elaborações e reconhecimentos das violências às quais foram expostas essas populações. Mesmo que em alguma medida essas discussões tenham ganhado visibilidade nas mídias sociais, nas escolas e em outras instituições, ainda são escassos os espaços em que acontecem, principalmente quando nos deparamos com os dados apresentados anualmente por organizações não governamentais como as citadas nesta dissertação. Esse lapso de debate serve também de empecilho para que elaborações psíquicas aconteçam.

Zeugnis refere-se a um tipo específico de testemunho, surgido na Alemanha e diretamente associado aos sobreviventes da Shoah (Seligmann-Silva, 2018). Há nele uma característica muito específica que são as tentativas de dar algum contorno às situações traumáticas vividas nos campos de extermínio. Sem querer diminuir a relevância da Shoah, ou descredibilizar as construções teóricas do Zeugnis, remeto-me a ele ao pensar no trauma

estabelecido na comunidade gay e de mulheres trans e travestis durante a epidemia da aids. Por não havermos, enquanto sociedade, articulado uma abordagem para que aquelas estigmatizações compartilhadas pela imprensa nos anos 1980 e 90 não ecoassem até hoje, ainda encontramos medos e preconceitos relacionados ao hiv/aids, mesmo em situações em que essa doença crônica não oferece mais risco à vida de quem a tem. Doprá Oileura, “alcunha de Maria Lúcia. 58 anos”, escreve sobre isso.

Tornou-se viver administrar riscos, isso sabemos. Os nomes parecem colar nas coisas: risco e insegurança. Mas fui tomado de assalto pela plethora discursiva da pandemia. Digo ‘tomado de assalto’ não por estar fora dela (ninguém está), mas sim porque vivo entre vírus desde que minha sexualidade virou um estilo de vida (...) No presente tinha tomado um pouco de sombra, descansado. Administrado farmacêuticamente com alguma calma, pela primeira vez, na minha vida, o risco HIV. Mas a vida gay não é para calmarias. De repente, começo a escutar os riscos da pandemia. Pandemia, de novo? De risco em risco, vivemos alguma vida. (p. 88)

Vemos nesse trecho (como em tantos outros do livro) que o significante “pandemia” não aparece como algo novo, mas como algo reconhecido, de um passado que se presentifica. Ao ser convocado a falar sobre a pandemia da COVID-19, Doprá Oilerua tenta ainda dar contornos à sua experiência da epidemia do hiv/aids. Quais nomes parecem “colar nas coisas”? Em suas quatro páginas e meia de relato, ele fala sobre sua vida como homem gay que “administrava riscos” enquanto vivia. De como o estigma marcava todos os corpos: “A roleta russa deixava carimbos na pele, no sêmen, na vida. Todos nós carimbados com diferentes tintas e imagens” (p. 89).

Durante a epidemia do hiv/aids nos anos 1980 e 90, era comum um certo medo quando alguém se cortava ou de alguma forma tivesse o sangue exposto, especialmente se essa pessoa fizesse parte dos grupos estigmatizados pela imprensa. “Plethora”, num sentido

medicinal, refere-se a um excesso de sangue no organismo que pode levar ao inchaço de vasos sanguíneos. Num sentido figurado, refere-se a uma fadiga provocada por algum excesso. Com “pletora discursiva da pandemia” podemos pensar no excesso de informações ao qual estivemos submetidas durante a pandemia, como também nas irrepresentáveis mortes já em 2020 (ano da publicação do livro).

Sua opção por narrar esse momento específico da vida não é arbitrária. A pandemia funciona como o segundo momento da epidemia do hiv/aids, um momento de elaboração, com os seus significantes disponíveis para essa tentativa, já que “Os nomes parecem colar nas coisas” (p. 88).

Doprá Oileura conta sobre a descoberta de sintomas da aids no corpo de um amigo. Lembro como no presente, embora na atualidade lembrar seja mais suportar do que recordar, quando um amigo, da minha recém descoberta no mundo gay, em Joanesburgo, bate na minha casa e quando abro a porta para recebê-lo, ele, o Alberta, alto, bonito, ombros largos, agora com um olhar desesperado e sem camisa no rápido pôr-do-sol entre as muitas nuvens da cidade grande de vento gelado, entra e diz: amigo olha como eu estou. Eram como feridas escuras e manchas nada discretas como as nuvens no céu de Joanesburgo. (...) Alberta já não podia mais vestir-se, andava sem camisa não por outro motivo, mas porque as feridas-manchas não permitiam outra pele. Alberta morreu em seguida, chorei não porque Geralda Alberta, como o chamávamos, tinha nos deixado, mas de uma desesperança administrativa sobre o risco, de medo mesmo. Falhamos na gestão do risco de novo, era só o que me vinha na tristeza da morte de Alberta. (p. 88)

Em nenhum momento de seu relato houve menção a um fenótipo estigmatizado dos corpos. Ao contrário, o amigo Alberta é descrito como “alto, bonito, ombros largos”, imagem e descrição totalmente opostas àquela de Cazuza publicada na capa da Veja anos antes. Há

portanto uma forma de falar sobre o hiv e a aids sem desumanizar quem foi afetado por ela, trazendo uma narrativa diferente daquela construída pela imprensa no seu surgimento. Assim como o fizeram também, à época, escritoras/es citadas/os nessa dissertação e também resgatados neste relato, como Caio Fernando Abreu.

Fica muito evidente que Doprá Oileura presentifica a epidemia do hiv/aids ao afirmar “Essa pandemia me trouxe Tila para o presente” (p. 91). Tila era seu melhor amigo que morreu de aids em 2008. Essa foi para ele “a morte mais amarga e mais doída” (p. 90). É nítida a presença também do luto nesse relato. E ele faz ainda uma declaração ao amigo.

Tila: eu sigo com medo, tento disfarçar minha quarentena com *lives*, trabalho e cuidados, mas sigo amedrontado igual o dia que descobrimos que transar era administrar um vírus. Até hoje sinto tua ausência. Voltei ao mesmo, só penso em medicamentos, descobertas e cobaias, e em você! Não sei qual é a novidade do corona ainda, mas sei que se você tivesse aqui estaríamos rindo com aquela rebelião vagarosa que nos acostumamos. Volta Tila, meu amor! (p. 92)

Vemos também que ele tenta definir, a partir da pandemia da COVID-19, o que era o isolamento naquela outra pandemia: “Era para nós uma pandemia geopoliticamente sexuada e silenciosamente barulhenta para dentro tal qual estridentemente silenciosa para fora” (p. 89). O “para dentro” refere-se ao grupo de pessoas mais atingidas pela epidemia do qual ele fazia parte, enquanto que o “para fora” refere-se ao restante da sociedade que, ingenuamente ou de forma preconceituosa, acreditava não estar suscetível a se contaminar com o hiv. O grupo de dentro estava isolado. Conforme expus anteriormente, Pelucio (2009) nos diz que a prevenção à época era compreendida como a evitação desses grupos dos quais escreve Doprá (os então denominados “grupos de risco”). Por isso lemos no relato que “Já vivíamos o confinamento e o isolamento” (p. 91), ou que “é como um *dejá vu* para mim” (p. 91).

Os discursos criados à época fizeram com que o grupo “de dentro” ficasse (ainda mais) isolado, sendo evitado, conforme descrito anteriormente. E o isolamento “não era espacial, mas social, muito pior” (p. 91), nos remetendo à substituição do termo isolamento social por isolamento físico, conforme propuseram Oliveira, de Carvalho & de Jesus (2020), quando se trata da população LGBTIQ+.

Esse sentido não fixo do qual nos fala Lacan (1966/1995) pode ser percebido ao longo dos outros relatos que compõem o livro. Guido Arosa, “homossexual, 29 anos. Rio de Janeiro”, fala do isolamento a partir de outra perspectiva.

Ano passado, quando eu ficava o dia todo em casa e o resto do mundo ia à rua, me sentia muito mal. Agora, comigo e todas as pessoas também tendo que se isolar, é como se eu fizesse parte de uma comunidade e, por incrível que pareça, estou bem e até me sentindo útil. (p. 80)

Para Guido, ao contrário do que é apresentado por Doprá, o isolamento social o levou a uma percepção de pertencimento, que chega a gerar um bem estar. Essa forma de tentar dar contornos a essa experiência o leva a apreender um sentido contrário àquele que encontramos nos dicionários da língua portuguesa.

Seu texto é escrito como um diário, marcado por datas. A cada novo trecho, uma nova data, como o seguinte.

Rio, 27/03/2020

(...)

No começo da pandemia, nos chocávamos com os aumentos diários de casos e o início das mortes. Dez casos a mais era algo que saltava aos olhos. Agora, um mês depois do primeiro confirmado no Brasil, os casos chegam aos milhares e o de mortes a quase cem. Mas nos parece mais chocante o aumento de dez para quarenta casos de

um dia para o outro, que de quatro mil para quatro mil e quinhentos em um dia. Algo que não é da razão, foge ao nosso controle. (p. 80)

Há uma tentativa aqui de significar a pandemia a partir do número de pessoas infectadas ou mortas, o que apresenta-se como impossível, algo que “foge” a uma lógica racional compartilhada socialmente. Essa impossibilidade de apreensão é, como vimos especialmente na reflexão a respeito do Zeugnis, muito característica de traumas relacionados a grandes catástrofes (Seligmann-Silva, 2018). Há nelas uma dimensão inapreensível, inenarrável, que não pode jamais ser descrita a partir de dados numéricos, como por exemplo, o número de mortes ou de pessoas contaminadas pelo coronavírus. Esta dimensão, como no Zeugnis, é também subjetiva, sendo a psicanálise um saber que pode trazer inúmeras contribuições não apenas para a sua compreensão histórica, mas como uma clínica que oferece uma escuta atenta aos sentidos únicos construídos pelos sujeitos.

Guido continua seu testemunho: “**Rio, 01 / 04 / 2020**. Quase 6 mil casos. Mais de 200 mortes. (...) “**Rio, 15/04/2020**. Mais de 28 mil casos. (...) **Rio, 17 / 04 / 2020**. Cada dia as mortes vão se tornando nomes conhecidos” (p. 80-81). Ele narra a cada nova data o aumento do número de casos e mortes, até que os números não representam mais, pois as mortes possuem nomes. Novamente o inenarrável.

Ele fala também da aids e se questiona:

“o que a aids pode ensinar sobre o coronavírus. Nem tanto num sentido biológico, mas social. O homossexual vivencia no corpo um vírus real e/ou imaginário e cria estratégias para lidar com ele. O mundo hoje lida com outro. Mas apenas um possui carga moral” (p. 80)

O tema do hiv / aids aparece em alguns momentos de seu relato. Ao escutar alguém falando na rua sobre a epidemia (“Passou agora na rua uma mulher falando que já vivera os anos do HIV, e que tudo isso agora não passava de desespero infundado”, [p. 83]), ao falar

sobre um novo medo se se “contaminar não mais pela aids, mas pelo coronavírus, e não só morrer dele, mas matar alguém” (p. 81) ou mesmo ao compartilhar que chegou “nesses tempos aos capítulos referentes à aids em *Devassos no paraíso*” (p. 79).

O medo da contaminação pela aids é atualizado no medo da contaminação pelo coronavírus. A partir disso podemos refletir como, por mais que sejam experiências subjetivas, há algo compartilhado entre esses testemunhos. O fenômeno hiv/aids repete-se nesses textos como um resto que insiste em aparecer. Há uma significativa diferença de idade entre os dois autores (Duprá Oileura com 56 anos e Guido Arosa com 29). Isso pode nos informar a respeito do alcance que uma catástrofe pode ter, atravessando diferentes gerações, como foi a Shoah e, conforme percebemos aqui, com a epidemia da aids. Guido ainda não havia nascido nos anos 1980, mas seu corpo jovem não deixou de ser alvo dos resquícios das construções estereotipadas que tinham como alvo homens gays como ele.

Há ainda Leandro Gantois Luna, “33 anos, Recife, Pernambuco” (p. 208), que inicia seu relato resgatando a música *Domino Dancing*, da banda inglesa Pet Shop Boys, que fala sobre a epidemia da aids nos anos 1980. Para escrever sobre o medo de ir ao mercado, Leandro compara essa tarefa a “transar com um desconhecido por aplicativos. ‘Posso ter contraído uma DST” (p. 211). A metáfora, conforme Sontag (1989) sinalizou ao escrever sobre a epidemia da aids, é novamente uma forma de descrever a pandemia. A “guerra contra a COVID-19” foi utilizada diversas vezes para descrever o nosso lidar com a doença.

O relato “Os Sons do Tempo, o Grito do Outro”, escrito por Matheus Henrique da Silva Salvino (“Gay vivendo com HIV, 29 anos. Belo Horizonte, Minas Gerais”) e Sônia Caldas Pessoa (“Heterossexual, 49 anos. Belo Horizonte, Minas Gerais”) (p. 239), possui a narrativa em primeira pessoa, mas que apresenta “uma articulação entre um eu e a Outra, um mestrando em pesquisa e uma voz outra a estar com ele” (p. 239). A metáfora da guerra também atravessa esse relato para se referir não somente à pandemia da COVID-19, mas

articulando a forma como o câncer, a aids e a sífilis também são narradas como batalhas. À narrativa de Matheus é somada a voz de Sônia e, novamente, a aids aparece como um significante que se repete e encontra na pandemia a oportunidade de trazer sentido às experiências, como no trecho a seguir.

Recordações sonoras colocam-se ao meu corpo como se fossem contemporâneas do meu pensar. Lembro-me, por exemplo, da voz de papai, quando ofereceu-me carona em 2010. Levou-me de um hospital até o meu local de trabalho, na época. ‘Pai, tenho aids’, tornou-se a interrupção temporal daquele trajeto. Eu não sabia ainda ao certo a diferença entre viver com o vírus e ter manifestada a situação clínica causada por ele. O carro parou abruptamente em uma avenida movimentada da Região Centro-Sul de Belo Horizonte, as mãos do condutor foram ao volante, o rosto repousou sobre elas e, acho, vi meu pai chorar pela primeira vez. Recuperando o fôlego, a mão direita foi até o meu ombro, dois ou três tapinhas acompanhados de um ‘você vai vencer essa batalha’. (p. 241)

Por conta do silenciamento relacionado ao hiv/aids, revelar o diagnóstico ainda pode ser uma situação que gera desconfortos para quem vive com hiv (Un aids, 2025). O tempo parou no anúncio do diagnóstico, marcando aquele momento, como os tiros disparados contra os relógios em Paris, na Revolução de 1830. Essa marcação traz a insistência da cena, que reaparece em seu relato.

Matheus denuncia também a existência, ainda hoje, da equivocada ideia de *grupos de risco*.

Pessoas que, assim como eu, vivem com HIV, tornaram-se invasoras potenciais desde que ‘a peste gay’ dos anos 1980 colocou em choque os valores morais ocidentais. As histórias possíveis a respeito da aids, certamente não são as mesmas no decorrer das décadas desde o início da epidemia, mas, um estrato do tempo parece perene: a

alcunha de ‘grupo de risco’. (...) Eu já era um inimigo possível desde antes do diagnóstico positivo para a infecção; fizeram-me o vírus do corpo social. (p. 241)

Novamente, “vírus”, significante insistentemente reproduzido durante a pandemia da COVID-19, ganha um novo sentido. Matheus denuncia os preconceitos da sociedade, que ainda estigmatizam os corpos dissidentes e utilizam o hiv/aids como justificativa para suas violências. O “vírus” transforma-se em metáfora para os corpos gays estigmatizados e isolados.

Fefa Splendore, “Homossexual, 29 anos. Recife, Pernambuco”, que escreveu o relato “COVID-19 e HIV: Reflexões de um Jovem Negro, Gay e Soropositivo” (p. 96) escreve também sobre o isolamento, mas este como consequência do hiv: “Um jovem negro, gay, soropositivo e isolado. Isolado pelo vírus - qual vírus? - isolado do mundo” (p. 96). Percebe-se sozinho diante da morte da mãe, que faleceu no início de 2019. Uma pandemia em meio ao luto da mãe, única familiar com quem ele mantinha relações próximas. O isolamento social como medida de contenção do vírus o afastou de seus amigos que eram, para ele, como uma família.

Minha família eu criei na rua, com as bichas e as travestis porque em casa não era um ambiente muito bom para se estar, mesmo que minha mãe ainda me apoiasse muito.

Mas o ex-marido dela não! (...) E agora não posso nem mais encontrar minha família ‘de rua’ ou até mesmo ir procurando outras, somando, coletivizando. (p. 96)

A sensação de que não existe nenhuma elaboração, enquanto sociedade, a respeito da epidemia da aids também comparece na escrita de Fefa: “E ainda usam conceitos estigmatizantes: ‘Grupo de risco’, ‘vírus chinês’... Não aprenderam nada com a aids!” (p. 98).

Essa série de relatos nos chega como uma denúncia de descaso, de esquecimento, de marginalização, mas que encontra sua potência justamente por se apresentarem como uma assembleia. A respeito da abordagem do hiv/aids, gostaria de trazer mais dois textos.

O primeiro é de Ronaldo Serruya, “Bixa positiva, 48 anos. São Paulo, São Paulo” (p. 328). Ele abre seu texto com uma frase de Eric Hobsbawn que já anuncia a forma como ele pensa a pandemia da COVID-19, como um retorno a algo anterior e conhecido: “A história é uma ferida repetitiva” (p. 328). Sua escrita é carregada de uma memória dolorosa de um passado violento e traumático.

O meu corpo é positivo.

É um corpo pandêmico,

Por memória de atravessamentos que vieram antes de mim e se projetam para além.

Pois sabemos, eu ao menos sei, corpos como o meu sempre sabem, que a história se repete enquanto terror. O estigma que perdura no tempo como uma baba elástica, inquebrantável, à despeito de qualquer privilégio científico, nos ensinou isso.

Que o meu corpo é uma ferida social. A doença do outro. Então ser um corpo positivo hoje é ser o OUTRO.

Portar um vírus é ser sempre estrangeiro. É ter um passaporte ruim que nenhuma alfândega carimba sem suspeita. (p. 328)

Resgatamos nessas frases o exposto no primeiro capítulo a respeito das construções sociais sobre o hiv/aids. Identifico nesse trecho os estigmas a ele designados, como carimbos que marcam, reduzem e desumanizam. A pandemia da COVID-19 encontra na epidemia da aids um reconhecimento.

É assim que nós saudamos o vírus novo.

Reconhecendo as imagens que nos assustaram antes nos revisitarem como fantasmas.

Foi assim que no dia 14 de abril, a “Ilha da Morte” me visitou outra vez. A vocação nefasta de certos lugares. Localizada nos recônditos do Bronx nova iorquino, ela

invadiu novamente as minhas retinas pela tela do computador. As mesmas covas

anônimas. Os mesmos números no lugar de nomes. Os mesmos homens paramentados

com o medo do outro a cavar a terra. Agora estavam ali enterrando os corpos dizimados pela *covid*. Ainda ontem, estavam ali enterrando os corpos dizimados pela aids. Corpos positivos, como o meu. Cujo único pecado fora estar em dissonância com o tempo. (p. 328)

Ronaldo descreve a estarrecedora cena ocorrida em abril de 2020 no cemitério de *Hart Island*, que ele identifica como “Ilha da Morte”, em que, com os necrotérios e funerárias sobrecarregados com o número de mortes pelo coronavírus, as autoridades de Nova York decidem enviar para as valas comuns daquela ilha os corpos de pessoas sem parentes próximos, sem identificação ou cujas famílias não podiam pagar por um funeral (BBC News, 2020). Esta cena é narrada a partir de uma outra, anterior, que retorna com a sensação de uma invasão, como quando a realidade psíquica invade a realidade material, conforme descrito por Seligmann-Silva (2018). O autor descreve que o trauma é como um choque, que de maneira inesperada e intensa invade o corpo, deixando nele a sensação de uma ausência de controle, um rompimento com a realidade material, que é, conforme Seligmann-Silva (2018) descreve, invadida pela realidade psíquica.

A cena anterior ocorreu nos anos 1980, no mesmo cemitério, num outro tempo marcado pelo irrepresentável. Corpos de pessoas mortas devido a complicações da aids eram enterrados no mesmo cemitério. Em 1983, a Associação de Diretores Funerários do Estado de Nova York recomendou que os corpos de pessoas que tivessem morrido devido à aids não fossem embalsamados. Por conta da falta de funerárias que fizessem esse trabalho, essas pessoas foram enterradas em locais remotos da Hart Island, muitas sem identificação. Essas informações foram retiradas do site do Projeto Hart Island, que tem como uma das iniciativas tentar identificar pessoas que morreram de aids naqueles anos e resgatar suas memórias.

Esse relato nos remete a uma cena semelhante à que tivemos no Brasil. Em Manaus, diante do elevado número de mortes pela COVID-19, a prefeitura adotou o sistema de

trincheiras para enterrar pessoas mortas como consequência da infecção pelo coronavírus. Os caixões eram enterrados em valas comuns, deixando nas/os enlutadas/os a terrível sensação de não poderem se despedir e simbolizar aquela perda.

A impossibilidade de apreender um fenômeno com essa magnitude, com mudanças tão radicais nas vidas de pessoas do mundo inteiro em um espaço de tempo tão curto (rapidamente o isolamento social foi implementado, sem nenhum tempo para nos adaptarmos), nos leva a recorrer a metáforas e também a culpados, como Sontag (1989) nos informa e Ronaldo nos apresenta.

Mas toda semelhança traz em seu bojo a dessemelhança.

A aids, tendo a prática sexual como elemento propagador sempre implicou mais culpabilidade.

Embora a culpa esteja sempre de alguma forma associada às doenças. É nossa herança bélica do adoecimento. E é por isso que elas, antes de tudo, são estatutos sociais.

E falo isso, porque a morte dos que ironicamente negaram essa quarentena é uma morte considerada mais culpada sim, julgada com escárnio por grande parte de nós.

Assim como julgavam mais culpadas as mortes das bichas que como eu continuavam trepando e vivendo suas pulsões sexuais, o que neste caso significa simplesmente viver aquilo que somos.

Há uma perversidade nisso.

Há uma perversidade naquilo que se pede em nome do “bem comum”.

Eu da minha parte não irei culpabilizar mais determinadas mortes em detrimento de outras numa pandemia. Porque no fundo o que resta e o que se repete como cacoete nas nossas histórias é a doença como esse gerador de identidades deterioradas, de "risco", cujos corpos adoecidos, atravessados por essa zona noturna da vida precisam sair de cena dessa forma vil.

A tristeza que eu sinto é imensa. E é a mesma. (p. 329)

O nível de elaboração a que chega esse relato nos mostra a importância de escutarmos e ecoarmos essas vozes. Elas não representam apenas uma memória, mas elas nos apresentam sentidos que “Quem não esteve ‘lá’ jamais vai poder entender” (Cytrynowicz, 2020, p. 129). Para Ronaldo, a culpa que recaía sobre corpos como o dele, de homens gays, é a mesma que agora identifica os corpos “de risco” (provavelmente referindo-se a pessoas que deliberadamente não obedeciam às normas do isolamento). O que não se pode repetir, de acordo com seu texto, é essa “perversidade” de compreender que algumas pessoas devem morrer em nome de um “bem comum”. Sua tristeza não é limitada à pandemia da COVID-19, mas tem raízes profundas na epidemia da aids, tempo que o invade de maneira abrupta e tenta se servir dos significantes dos dias atuais para dar contorno ao passado.

O último testemunho que quero apresentar é o de Murilo Kill, “Cultivando o devir bicha. 26 anos. Vila Velha, Espírito Santo” (p. 66). Novamente a memória da epidemia da aids é resgatada por um jovem gay, que escancara o recalque social insistente em silenciar as violências reproduzidas naqueles anos do início da epidemia. Para escrever sobre a pandemia é preciso escrever sobre o passado.

Há vários armários que carregamos, as bichas. Aprendemos desde cedo que encontraríamos na esquina uma infecção que nos custaria a vida pelo prazer. E, desta infecção, aprendemos o silêncio. (...)

Aprendemos, então, a afastarmo-nos. Há um *câncer viado*, cuidado! e, desta viadagem catastrófica, aprendemos a valorizar o corpo definido - dito saudável. (p. 67)

As portas dos armários não são herméticas, já nos dizia Sedgwick (2007). Murilo complementa esse pensamento, dizendo que eles são vários. O silêncio corresponde a esses armários. Silêncio esse que ainda paira sobre as pessoas que vivem com o hiv, mesmo diante

das tentativas de seus rompimentos, como foi demonstrado nesta dissertação (a partir de textos como os de Caio Fernando Abreu e de livros como o de Ramon Nunes Mello).

Porém não encontramos apenas denúncias nesses relatos. Há muitas elaborações e caminhos possíveis e Murilo nos apresenta a eles.

A despeito da moralização e do individualismo, como um vírus, nós, as bichas - uma a uma - corporificamos o desconhecido, infectamos pelo rebolar dos passos nas vias públicas e incorporamos a rebelião do desbunde às máquinas de moer gente. O vírus bicha implode células colonizadas. Um vírus que ataca a unidade do corpo. Se há uma guerra, nossa arma é o deboche. Se há um corpo, não o é um limite, mas uma ferramenta de possibilidades. Por fim, não há distância que te isole de nossa incorporeidade. Por um vírus bicha que não te contamine, mas contagie de tesão. Não adianta tapar os buracos: serão penetrados. (p. 71)

Metaforicamente aqui as bichas também são narrada como vírus que ganha, novamente, um novo sentido. Porém aqui o sentido é o de tensionar os limites das normas sociais. De apontar as incoerências da cisheteronormatividade e questionar os limites que determinam que apenas certos corpos serão reconhecidos e humanizados. Este vírus bicha ao infectar os corpos abrem possibilidades rompendo com as barreiras do isolamento social, penetrando seus buracos e promovendo uma capilaridade.

Histórias de Queerentena (Navarro, 2020) é mais do que um livro sobre a pandemia. Ele é uma abertura, uma fenda, um furo no isolamento. E aqui não se trata apenas do isolamento como medida de segurança de contenção do coronavírus. Trata-se de um sentido mais amplo, como aqueles trazidos nos relatos, de toda uma vida. Eles não apresentam apenas as expressões das experiências de vida (antes e durante a pandemia). Do ponto de vista da psicanálise, eles são em si mesmos a própria experiência. Para Costa e Rinaldi

(2012), a escrita como experiência desloca o sujeito de lugar. “O sujeito emerge a partir da escrita” (Willemart, 2009).

Sofia Fávero é uma das autoras do livro. Ela identifica-se como “Travesti, 26 anos, solteira. Porto Alegre, Rio Grande do Sul”. Sob o título “Vinte Centímetros de Lattes” (p. 26), ela conta a respeito de seu isolamento durante a pandemia da COVID-19 ao mesmo tempo em que resgata um período em que frequentou igrejas, hospitais, escolas, psiquiatras e as diversas instituições que insistiam em defini-la a despeito de seu próprio desejo. Ela fala dos discursos médicos que a acompanharam e que, de maneira violenta, tentavam reduzi-la a uma “gramática nosológica, geralmente norte-americana” (Navarro, 2020, p.27) como forma de acessar o tratamento de transição de gênero. Em seu texto, é possível reconhecer uma narrativa com teor testemunhal que denuncia como os discursos médicos, religiosos e educacionais tentam controlar (ou educar) seu corpo e determinar quais sintomas ela deve apresentar para que sua transição seja realizada.

O teor testemunhal desse relato apresenta-se quando Sofia fala da realidade das pessoas trans e travestis ao buscarem os serviços de saúde que realizam os procedimentos de transição de gênero. Mas não apenas isso. Ao ser interpelada para falar sobre seu isolamento social, ela resgata realidades nas quais já foi atravessada por outros isolamentos. Ela diz:

Antes de toda essa loucura ser instaurada, vivi uma vida entre paredes clínicas. Entre idas e vindas a centros religiosos, passei a frequentar também as impermeáveis paredes ambulatoriais. Psicólogos, assistentes sociais, endocrinologistas, cirurgiões. Sinto que de alguma maneira, o isolamento me é comum. (p. 27).

Essas paredes “impermeáveis”, construídas a partir de muros, saberes e discursos a aprisionavam e a deixavam como única alternativa concordar e encenar aquilo que esperavam dela: que ela se submetesse às construções e, por que não, fantasias, construídas do que seria um sujeito trans. Um sujeito adoecido e em disforia com seu próprio corpo. E aqui não estou

desconsiderando que existem pessoas que apresentam essa disforia e necessitam de intervenções a partir dessa condição. É importante destacar que falo a respeito de um relato de uma única pessoa e que, apesar de ser uma experiência compartilhada, não esgota, limita ou mesmo reproduz as realidades de todas as outras vivências e atravessamentos das pessoas trans. Esse ponto é importante a ser destacado uma vez que a sociedade costuma homogeneizar populações marginalizadas, inviabilizando suas histórias e negando suas subjetividades.

Em seu relato Sofia também aborda algo muito relevante, que é a expectativa que existe no imaginário social de que pessoas trans e travestis estariam sofrendo muito mais do que o restante da população durante o isolamento social. E também a ideia de que, para viver um isolamento queer, ela tivesse que experienciar vivências sexuais não normativas ou de intervenções hormonais em seu corpo, trazendo relatos de tensionamentos nas normas sociais a partir desses lugares. Para ela seria também muito raso pensar que a subversão de seu isolamento estaria no fato de ter recebido um convite para participar de uma banca de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Não que não seja, uma vez que estar sentada numa banca de defesa de TCC junto a outras(os) pesquisadoras(as) passa muito longe da imagem estereotipada construída para as travestis no Brasil. Essa estereotipação está ligada à ideia de que o único lugar possível que mulheres trans e travestis podem habitar é a prostituição. Ainda assim, Sofia vai além. Ela fala de posições subjetivas e de como a educação entra agora na disputa com a saúde para pensar na ideia de sujeitos trans, sem obviamente reduzi-los a uma categoria homogênea.

Algo que me levava diretamente ao dia da defesa da minha dissertação, quando uma das pessoas da banca me questionou sobre o que aquele título significava para mim. Respondi-lhe, após pensar um pouco, que representava outra via de oxigenação. Que as possibilidades cidadãs a pessoas trans e travestis me pareciam menos

condicionadas a um diagnóstico. Quis dizer, assim, que no lugar de sermos avaliadas por uma equipe profissional (a respeito de sermos ou não homens e mulheres), passamos a estar localizadas em outro vocabulário. (p. 28)

Sofia fala sobre como a inteligibilidade de mulheres trans e travestis apenas ser possível, numa sociedade transfóbica, a partir de um saber médico e psicopatológico. É dada a elas uma única alternativa de serem reconhecidas como sujeitos: ao se autodenominarem como disfóricas. Esse tipo de discurso pode contribuir na constituição do que Freud (1923/2011) chamou de Ideal do Eu e serem internalizados, de forma inconsciente, como referenciais culturais. Sofia fala da possibilidade de esses discursos serem adotados como verdades por mulheres trans e travestis. Esses ideais são constituídos necessariamente pelos discursos violentos reproduzidos (e psicopatologizados) pela psiquiatria.

Portanto, há no relato de Sofia, uma denúncia contra os saberes médicos e psiquiátricos que constroem em sua fantasia, como única possibilidade de existência, a patologização, a disforia, o mal-estar com seu próprio corpo e o conflito com a autoimagem e com o espelho.

Se a abjeção é a impossibilidade de humanização e de nomeação e é tudo aquilo que está fora da ordem simbólica (Butler, 1990/2023), o saber médico apresenta a patologização como única saída a esse estado. Ser “muito disfórica” (Fávero, p.27) é a única nomeação possível dentro do repertório de nomenclatura médico/psiquiátrico reservado para pessoas trans e travestis.

Sofia escreve sobre um deslocamento de posição subjetiva. Havendo recebido um convite para participar de uma banca de defesa de TCC ela apresenta uma outra saída para a abjeção, muito distante da patologização: “Acredito que esse é um processo novo em que a educação passa a disputar com a saúde uma nova ideia de ‘sujeito’ trans.” (p. 28). Segundo a própria autora, o que aconteceu durante esse isolamento social da COVID-19 foi a

possibilidade de “outros arranjos subjetivos” (p.28). Há portanto a possibilidade de uma elaboração (no sentido que Freud traz em *Recordar, Repetir e Elaborar*) durante o isolamento social da COVID-19. A escrita acessa e compartilha publicamente essa elaboração, mesmo não sendo possível falar sobre a autora e sim sobre seu texto. E é nele que alcançamos essa mudança de posição subjetiva da qual ela nos fala. Para nós, leitores/as do relato, a elaboração acontece ali, na escrita.

Sei que lhe disse lá em cima que não havia nada de queer em minha quarentena, mas, talvez, contraditoriamente, o que houve de mais subversivo foi passar a perna em uma concepção de existência que só poderia ser reconhecida caso estivesse mediada por uma tradição psiquiátrica. Não fui chamada, por exemplo, para testemunhar uma infância ou adolescência em uma lógica de estudo de caso. Olhem como sofri. Olhem como foi ruim. Olhem tudo o que passei. Convite que muitas vezes recebi e arqueei com as consequências de ser colocada no lugar de “coisa”. Dar truques a partir da educação, portanto, soa-me como uma transição, mas não essa que comumente falamos, pois, com efeito, no lugar de “travas-objeto” temos agora “travas-sujeito”.

(p. 29)

O relato de Sofia Fávero (2020) ilustra muito bem e de maneira quase pedagógica que o livro *Histórias de Queerentena* (Navarro, 2020) possui uma diversidade de intenções, qualidades e naturezas, sendo impossível ou mesmo leviano classificar esses textos dentro de um estilo literário. É muito mais ponderado pensar nessas narrativas como textos que possuem um teor testemunhal, alguns com intensos, profundos e identificáveis níveis de elaboração, outros com dimensões de denúncia e outros apenas com algum nível de constatação de uma realidade.

Apresento também trechos do relato “Pandemia Manicomial”, de Júlia Marques Preto, “Lésbica, 21 anos. Campinas, São Paulo” (p. 93). Júlia não morava em sua cidade quando a

pandemia teve início. Ela, assim como várias outras pessoas LGBTQIA+, teve de retornar para a casa e cidade de sua família. Duas realidades muito distantes uma da outra não apenas por conta da distância. Ela nem chega a mencionar o nome da cidade em que morava. Diz apenas que é uma cidade universitária. O que distancia essas realidades é o fato de que em apenas uma delas, “nenhuma armário me prende” (p. 93).

Começo da pandemia, cidade universitária, nenhum armário me prende, respiro livre e todas as cores me são permitidas para viver e ser. Comento qualquer história sobre aquela menina que sou apaixonada para a minha companheira de apartamento, *facetime* sem papas nas línguas com os meus amigos, de Cássia Eller a Zélia Duncan no último volume. A bandeira colorida na parede, os desenhos de amor, as roupas, cada pedaço meu inteiro, esparramado. (p. 93)

Na casa em que reside com a companheira, a parede serve para expor a bandeira LGBTQIA+. Ali ela vive “esparramada” e aparentemente sem barreiras para expressar sua sexualidade, pensada aqui a partir de um sentido amplo, não apenas em sua orientação sexual, mas também em seus gostos e em sua arte. Porém com o retorno inevitável para casa, Júlia passa a pensar nos sentidos que essa volta apresenta a ela.

Já me sentia numa pandemia diferente antes disso tudo acontecer, sabia? Essa falta de liberdade já me é antiga, estava ao meu redor antes da quarentena, o medo, a delicadeza no falar, a máscara diária, que não era essa física, de tecido que todo mundo vê, mas uma máscara que me escondia, que me tirava essas tanta cores arco-íris, que me sufocava, e não era só pela falta de ar. (p. 93)

A máscara para Júlia, apesar de não possuir matéria, tem peso. Ela funciona como as portas do armário que a esconde e a “sufoca”. Esses significantes dão a ela, diante do sofrimento que a acomete, a possibilidade de construir uma narrativa a respeito da homofobia que gera nela um medo de decepcionar, como ela mesma relata. Ao não sufocar pelo

coronavírus, Júlia é sufocada pela homofobia presente nas falas de sua família. Ela encontra na arte a possibilidade de se expressar sem levantar suspeitas de sua homossexualidade.

Meu diário tem sido meu companheiro mais fiel nas últimas semanas, o papel me permite tudo e sempre está disposto, sem apedrejar, sem julgar. Escrever é terapêutico e me cabe por inteira. Minhas aquarelas também são boas amigas, me permitem todas as cores da paleta (...). Meu ukulele é meu saco de pancada, recebe toda a enxurrada de sentimentos, cada choro, cada momento de excitação, me lembra como é possível produzir sons tão bons de serem ouvidos só com o dedilhar dos dedos. (p.94)

Contra esse isolamento, que de maneira alguma apresenta-se como novo, Júlia utiliza a arte, encontrando ali uma forma de se expressar sem ser descoberta. Pensando nas possibilidades de permanecer ou não dentro do armário, ela percebe diante do medo que transversaliza a sua vida. Ela chama esse período que vive isolada na casa de sua família de “pequeno manicômio mental”, afirmando que estar diante dessa situação “é uma dupla prisão, é o duplo cuidado, é o duplo medo” (p. 94). É no segundo desse duplo, a pandemia, que o primeiro ganha sentido. O isolamento que a homofobia impõe a Júlia ganha contornos a partir do isolamento implementado durante a pandemia. Podemos aqui comparar com o caso exposto por Freud (1917/2014) para explicar o funcionamento do trauma e do só depois. Sua paciente Emma afirma que uma segunda cena a fez lembrar de uma primeira. O psicanalista nos explica que são os elementos da segunda cena, ou para usar os termos de Lacan, são os significantes utilizados para narrá-la (riso, entrar sozinha na loja e roupa), que a fazem recordar da primeira cena como um trauma. Essa é a retroação de um significante sobre outro ao qual Lacan se refere.

Não sabemos se Júlia utilizou estas mesmas palavras para contar sobre a homofobia de sua família. Aqui, cabe apenas pensar na forma como seu texto se apresenta a nós. Sobre as paredes, estas também adquirem outro sentido quando ela diz que “pareço não existir

dentro dessas quatro paredes” (p. 95). O fato é que esses significantes “manicômio”, “prisão”, “máscara”, “sufocamento”, “paredes” vão tendo outros significados e são utilizados por ela para abordar o sofrimento relacionado não à pandemia, mas ao isolamento imposto pela homofobia de sua família.

As normas implementadas durante a pandemia da COVID-19 (vindas de instituições como a Organização Mundial da Saúde - OMS) nos diziam para fazermos o “isolamento social” como medida de contenção do coronavírus. Esse isolamento consistia em permanecer em casa o máximo de tempo que fosse possível e evitar aglomerações e contato físico com o máximo de pessoas possível. Para a psicanálise, porém, o que interessa não é esse sentido (pretensamente) fixado, mas aquele dado pelo sujeito, que sabemos, só pode ser o sujeito do inconsciente. É assim que o termo isolamento social vai ganhando diferentes contornos a partir dos diferentes relatos. É nessas entrelinhas que percebemos como o inconsciente está presente nas entrelinhas dos textos, fazendo com que surja dali o sujeito.

O próprio termo isolamento social ganha outros contornos. Para Lacan, a cadeia de pensamentos é ligada não por significados, mas sim por significantes. O sentido, por exemplo, de isolamento social, oferecido pela OMS não representa o discurso da cadeia de significante, em que o sujeito do inconsciente produz um novo sentido para essa expressão. O significado não é colado no significante. Os significantes “isolamento”, “vírus”, “pandemia”, frequentes em nossos discursos especialmente em 2020 e 2021, ganham um sentido diferente a cada relato. E é assim que vemos o sujeito emergir em cada relato, pelo registro escrito da cadeia de significantes.

A metáfora e a metonímia, figuras de linguagem que para Lacan (1956 /1998) caracterizam o inconsciente, estruturado como uma linguagem, aparecem nesses textos, atribuindo diversos sentidos aos termos utilizados para tentar dar contorno à experiência da pandemia da COVID-19, da epidemia da aids e das violências perpetradas contra pessoas

LGBTQIA+. São essas figuras de linguagem que possibilitam que a palavra plena apareça nos relatos, deixando seu status de palavra vazia. Termos como os citados no parágrafo anterior são exemplos de como a palavra plena diz do sujeito. Lacan (1954/1986) aborda essa discussão para falar do momento em que na análise a palavra faz efeito no sujeito, fazendo uma marcação no discurso, provocando uma transformação.

Conclusão

Embora não estejamos mais sob as medidas de isolamento social impostas pela pandemia de COVID-19, ainda estamos assimilando e construindo os significados dessa experiência. O livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) ofereceu a pessoas com corpos dissidentes uma oportunidade para expressar, através da escrita, como o isolamento social da COVID-19 trouxe à tona um outro isolamento imposto pela sociedade, que ao tentar manter a cisheterossexualidade, exclui aqueles e aquela que escapam a essa norma.

A publicação dos relatos permitiu a troca de experiências entre escritores e leitores. A escrita encontrou seu destinatário e quebrou o isolamento, promovendo inclusão e a formação de laços sociais, permitindo que histórias fossem reescritas e novos significados fossem atribuídos a isolamentos e experiências anteriores à pandemia, com uma nova compreensão desses eventos.

Os textos autobiográficos do livro *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) serão explorados em pesquisas futuras, considerando a escrita como uma forma de elaborar e compartilhar socialmente o significado de ser um corpo dissidente e/ou de viver com hiv. Esta investigação possibilita uma discussão enriquecedora sobre os significados dados à pandemia e seus desdobramentos, bem como aos isolamentos anteriores impostos por normas e discursos sociais.

Apesar de não abordar aqui todos os relatos do livro, que é bastante heterogêneo em termos não apenas nas identificações de gênero e orientações sexuais, mas também no

formato como as/os autoras/es escolhem expor seus testemunhos, é possível perceber como *Histórias da Queerentena* (Navarro, 2020) apresenta uma oportunidade para se debater temas ainda pouco abordados publicamente, tanto em espaços formais como em informais, públicos ou privados.

Vimos também que o testemunho apresenta-se como uma ferramenta possível para essa comunicação. As experiências anteriores como a Shoah e as Ditaduras Militares em países da América Latina e suas pesquisas correlatas, a Shoah e o testimonio, nos mostram que esse é um caminho possível. Esses acontecimentos são diferentes em suas origens e em suas localizações espaciais e temporais. Assim como o são também os efeitos psíquicos em cada sujeito. É por isso que a psicanálise, que leva em consideração os efeitos da cultura nos processos de subjetivação e que cada sujeito construirá um sentido único diante dos fatos, oferece uma teoria e clínica que abrem caminhos para a simbolização. Esses traumas que vêm de fatos históricos possuem um alcance que atravessa gerações, sendo necessária uma ampla discussão na sociedade para que, em primeiro lugar, exista um reconhecimento. Diante da complexidade desses eventos, o diálogo entre diferentes saberes é essencial para que seja possível uma melhor apreensão. A psicanálise possui como característica essencial essa abertura para outras disciplinas. Seu diálogo com as artes plásticas e a literatura estão presentes desde Freud quando ele, por exemplo, utiliza a mitologia para explicar uma das principais bases teóricas da psicanálise, o Complexo de Édipo. Lacan expandiu essa troca para disciplinas como a filosofia e a linguagem. E atualmente encontramos a psicanálise em diálogo com a educação, a comunicação, a história, a sociologia etc.

A Clínica do Testemunho, proporciona não apenas uma escuta, mas um compartilhamento de experiências com outras pessoas além da figura do analista. Sendo um braço da Comissão da Verdade, esse programa oferece espaços em que as pessoas possam narrar suas experiências, além de palestras e outras formas de atividades públicas.

Todas essas experiências aqui ilustradas nos mostram que a psicanálise, em parceria com outras disciplinas e saberes, tem a potência de oferecer uma clínica que possibilite uma escuta qualificada, assim como uma compreensão de fenômenos como a epidemia da aids e de violências contra pessoas LGBTQIA+. Seu atual diálogo, muitas vezes em tensionamento, com teorias como a teoria queer e as teorias feministas e de gênero, amplia ainda mais a compreensão de fenômenos ligados a essas populações.

Nessa dissertação as elaborações e denúncias de fenômenos ligados à pandemia da COVID-19, à epidemia do hiv/aids e das violências contra pessoas LGBTQIA+ foi pensada a partir da escrita. Porém sabemos que nem todas as pessoas acessam esse recurso, ainda mais pensando num país que tem a desigualdade social como uma de suas características mais proeminentes. Pensar em outras formas de expressão para acessar essas pessoas é indispensável para pesquisas futuras.

Histórias da Queerentena (Navarro, 2020) é um livro que resgata memórias, possibilita aberturas em lugares onde antes havia muralhas, enviando “Cartas Para Além dos Muros”, permitindo trocas. Ele denuncia realidades, violências e quebra silêncios. Nos faz pensar em que sentidos damos a esses eventos. Estamos ainda vivendo a catástrofe. A catástrofe da pandemia, a da epidemia e das lesbotransfobias. Ele se apresenta como um ato político que possibilita a elaboração. E há ainda muito a se pensar e fazer a respeito. É preciso inserir esses temas na academia, realizar pesquisas e pensar em políticas públicas que contemplem essas populações.

Referências

- Abreu, C. F. (2002). A primeira carta para além dos muros. Em C. F. Abreu, *Pequenas Epifanias* (pp. 124-126). Companhia das Letras.
- Andrade, C. (2023). *Lacan Chinês: Para Além das Estruturas e dos Nós*. São Paulo: Autêntica.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2019). *Nota de repúdio (Ofício n.º 065/2019)*. ANTRA. <https://antrabrasil.org>.
- BBC News. (2020, 10 de abril). *Coronavirus: New York ramps up mass burials amid outbreak*. BBC News. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52241221>
- Benjamin, W. (1895/2012). *Magia e Técnica, Arte e Política - Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Berlant, L. (2011). *Cruel Optimism*. Duke University Press.
- Bessa, M. (1997). *Histórias positivas: A literatura (des)construindo a aids* [Kindle edition]. Editora Record.
- Beverly, J. (1992 / 2002). Introducción. Em: Beverly, J.; Achugar, H. *La Voz Del Otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa*. (17-29). Abrapalabra.
- Brasil. (2022). *Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022*. Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoas com HIV e outras doenças. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14289.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. (2024). *Boletim epidemiológico HIV e Aids 2024*. Ministério da Saúde. https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf/view

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. (1999). *Controle do HIV/Aids: a experiência brasileira, 1994-1998*.

Ministério da Saúde.

Butler, J. (1990/2003). *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (1993/2023). *Corpos Que Importam: Os Limites Discursivos do “Sexo”*. São Paulo: N-1 Edições.

Butler, J. (2016/2018). *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Calvino, Í. (2015), Mundo escrito e mundo não escrito. In I. Calvino, *Mundo escrito e mundo não escrito* (pp. 105- 114). Companhia das Letras.

Cambridge University Press, (sd). Queer, Em *Cambridge Dictionary*. Recuperado em 05 de agosto de 2025, de

<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/queer>.

Caruth, C. (Ed.). (1995). *Trauma: Explorations in memory*. Johns Hopkins University Press.

Conte, B, de S. (2015). Testemunho: Reparação do Trauma é Possível? In M. R. Tedesco & L. S. G. Menezes (Orgs.), *A clínica do testemunho: Reparação psíquica e construção de memórias* (pp. 83–92). São Paulo: Escuta.

Costa, A.; Rinaldi, D. (2012). *A Escrita Como Experiência de Passagem*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

Cytrynowicz, R. (2020). O Silêncio do Sobrevivente: Diálogo e Rupturas Entre Memória e História do Holocausto. Em Seligmann-Silva, M. *História, Memória, Literatura: O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp.

Danziger, L. (2007). Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, 1(1), 1-9.

Daniel, H. (1990). O primeiro AZT a gente nunca esquece. *Jornal do Brasil*, 8-10.

- Demingos, L.; Stona, J. (2021). A Vida Psíquica do Armário. In Stona, j. *Relações de Gênero e Escutas Clínicas*. Salvador: Editora Devires.
- Duras, M. (1993/2021). *Escrever*. Belo Horizonte: Editora Relicário.
- Freud, S. (1895/2025). Projeto Para Uma Psicologia Científica. In Freud, S. *Obras completas volume 1: Textos pré-psicanalíticos (1886-1896)*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1900/2010). *Freud - A interpretação dos sonhos*. Levoir, Marketing e Conteúdo SA.
- Freud, S. (1914/2010). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 12. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre a técnica e outros textos* (pp. 193–209, P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915/2010). O inconsciente. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 12. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916)* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917/2010). Luto e melancolia. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 14. História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (pp. 171-194). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917/2014). A Fixação no Trauma, O Inconsciente. In Freud, S. *Obras Completas Volume 13. Conferências Introdutórias à Psicanálise (1916-1917)*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1918/2010). História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"). In S. Freud, *Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (pp. 13-136). Companhia das Letras.

Freud, S. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas, volume 14: História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (pp. 161-239). Companhia das Letras.

Freud, S. (1923/2011). *O eu e o id*. In S. Freud, *Obras completas, volume 16: O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (pp. 13-74). Companhia das Letras.

Freud, S. (1926). Inibição, Sintoma e Angústia. Em Freud, S. *Obras Completas Volume 17. Inibição Sintoma e Angústia, O Futuro de Uma Ilusão e Outros Textos (1926-1929)*. Companhia das Letras.

Goffman, E. (1963/1981). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

Green, A. (1994) O duplo e o ausente. In Green, A. *O desligamento*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

Grupo Gay da Bahia. (2024). *Observatório 2024 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil*, Grupo Gay da Bahia. GGB. <https://grupogaydabahia.com.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Percepções do Estado de Saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101764.pdf>

Kaufman, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Kristeva, J. (1982). *Powers of horror: An essay on abjection* (L. S. Roudiez, Trad.). Columbia University Press. (Obra original publicada em 1980)

Lacan, J. (1953-54/1998). Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Lacan, J. (1954/1986). A Função Criativa da Palavra. In Lacan, J. *O Seminário, livro I: Os escritos técnicos de Freud*. (189-203). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1956 /1998). A Instância da Letra no Inconsciente ou A Razão Desde Freud. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lanzmann, C. (Diretor). (1985). *Shoah* [Filme]. New Yorker Films.
- Laplanche, J.; Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA.
- Laub, D. Truth and Testimony: The Process and the Struggle. In Caruth, C. *Trauma: Explorations in Memory* (pp. 61-75). Johns Hopkins University Press.
- de Lauretis, T. (2019). Teoria Queer 20 Anos Depois: Identidade, Sexualidade e Política. Em de Hollanda, H. B. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais* (pp. 397-409). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Levi, P. (1985/2016). Por que se escreve? Em P. Levi, *O ofício alheio* (pp. 35-38). Editora Unesp
- Levi, P. (1985/2016). Da Escrita Obscura. Em Levi, P. *O Ofício Alheio*. Editora Unesp.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* (S. Milone, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco. (Obra original publicada em 1947).
- Levi, P. (2016). Da Escrita Obscura. Em Levi, P. *O Ofício Alheio*. Editora Unesp.
- Levi, P. (2016). Por Que Se Escreve?. Em Levi, P. *O Ofício Alheio*. Editora Unesp.
- Libermann, Z. (2015). Après Coup: A Dimensão Traumática. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 49(4), 118-132.
- Lispector, C. (2004). *Aprendendo a Viver*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas*, 9, 541-553.
- Mello, R. N. (2018). *Tente Entender o Que Tento Dizer*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

- Mezan, R. (2011). *Freud: A Trama Dos Conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Ministério da Saúde. (2024). *Boletim epidemiológico: HIV e Aids 2024* (Número especial, dezembro). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis.
- Miskolci, R. (2017). *Teoria Queer: Um Aprendizado Pelas Diferenças*. São Paulo: Autêntica Editora.
- Navarro, P. P. (2020). *Histórias da Queerentena*. Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina.
- Navarro, P. P. (2021). *Margens da pandemia. Queerentenas viadas, boycetas, sapatrans, faveladas*. Editora Devires.
- Oliveira, F. A. G.; de Carvalho, H. R.; de Jesus, J. G. (2020). LGBTI Em Tempos de Pandemia da Covid-19. *Diversitates Int. J.*, 12(1), 60-94.
- Oxford University Press. (2012). *Oxford Latin dictionary*. Oxford University Press.
- Pelucio, L. (2009). *Abjeção e Desejo: Uma Etnografia Travesti Sobre o Mundo Preventivo da Aids*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- Perrone, C. & Moraes, E. G. de. (2015). Do trauma ao testemunho: Caminho possível de subjetivação. In M. R. Tedesco & L. S. G. Menezes (Orgs.), *A clínica do testemunho: Reparação psíquica e construção de memórias* (pp. 31–46). São Paulo: Escuta.
- Polizzi, V. (1997). *Depois daquela viagem*. Ática.
- Randall, M. (1992 / 2002). ¿Qué es y cómo se hace un testimonio?. In Beverley, J.; Achugar, H. *La Voz Del Otro: Testimonio, Subalternidad y Verdad Narrativa* (33-57) Abrapalabra.
- Reis, E. S. (2017). Corpo e Memória Traumática. In Reis, E. S.; Gondar, J. *Com Ferenczi: Clínica, Subjetivação e Política*. (103-111) Rio de Janeiro: 7 Letras.

- Ricoeur, P. (2008). A vida: uma narrativa em busca de um narrador. In P. Ricoeur, *Escritos e conferências I em torno da psicanálise*. (197- 211) Edições Loyola.
- Rinaldi, D. (2007). Escrita e Invenção. In Costa, A.; Rinaldi, D. *Escrita e Psicanálise*. (pp. 273-279). Companhia de Freud.
- Sedgwick, E. K. (1996/2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, (28), 19-54.
- Seidman, S. (1996). *Queer Theory/Sociology*. Malden: Blackwell.
- Seligmann-Silva, M. (2018). *O Local da Diferença: Ensaios Sobre Memória, Arte, Literatura e Tradução*. São Paulo: Editora 34.
- Sontag, S. (1989). *Aids e suas metáforas* (R. C. Costa, Trad.). Companhia das Letras.
- Souto Maior Jr., P. R. (2020). *Assumir ou não assumir: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*. Porto Alegre: Editora FI, 2020.
- Spielberg, S. (Diretor). (1993). *A lista de Schindler* [Filme]. Universal Pictures.
- Spivak, G. C. (1942/2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Un aids. (2025). *Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/aids: Brasil 2025*. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.
- Veja. (1989, 26 de abril). *Cazuza – Uma vítima da Aids agoniza em praça pública*. Editora Abril.